



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**Carta Educacional do Concelho de Aljustrel Como
Elemento Impulsionador do Enriquecimento
Educativo Local**

Fernando Manuel Batista de Brito Ruas

Orientação: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**Carta Educacional do Concelho de Aljustrel Como
Elemento Impulsionador do Enriquecimento
Educativo Local**

Fernando Manuel Batista de Brito Ruas

Orientação: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: Administração e Gestão Educacional

Dissertação

Évora, 2014

“Se você encontrar um caminho
sem obstáculos, ele provavelmente
não leva a lugar nenhum.” (Frank Clark)

AGRADECIMENTOS

À minha esposa e aos meus filhos, Duarte de 10 meses e Dinis de 3 anos, pelas muitas ausências resultantes da elaboração desta tese de dissertação.

A todos os particulares, entidades e instituições, que com a sua disponibilidade e colaboração contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Professor Bravo Nico, pela persistência, disponibilidade, amabilidade, apoio, incentivo e aconselhamento competente que me forneceu desde o início até à conclusão desta dissertação.

ÍNDICE DE SIGLAS

A.C- Antes de Cristo

ALV - Aprendizagem ao Longo da Vida

ATL- Atividades de Tempos Livres

CAPI- Centro de Apoio à Pequena Infância

CAT- Centro de Apoio a Toxicodependentes

D.C- Depois de Cristo

FNAT- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

IEFP- Instituto do Emprego e Formação Profissional

FUNDAÇÃO INATEL- Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores

INE- Instituto Nacional de Estatística

INEM- Instituto Nacional de Emergência Médica

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social

OTOC- Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

QAI- Questionário das Aprendizagens Individuais

QREN, Inalentejo - Quadro de Referência Estratégico Nacional/Programa Operacional do Alentejo

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

USA – Universidade Sénior de Aljustrel

RESUMO

Efetuamos, numa primeira fase do trabalho, uma abordagem teórica, definindo alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento e fundamentação deste estudo.

Ainda no campo teórico, realizámos a caracterização do território em estudo nas suas diversas vertentes.

Esta investigação procura conhecer as instituições concelhias mais relevantes, caracterizar a sua atividade e perceber quais são os seus contextos de aprendizagem.

Por parte das instituições, há disponibilidade para estabelecer parcerias e colaborar com a escola, podendo esta articulação contribuir para aumentar e diversificar a sua capacidade e oferta educativa, através da mobilização dos conhecimentos existentes nas instituições locais.

O estudo empírico foi quantitativo, recorrendo ao inquérito por questionário como meio de recolha de dados. Foram estudadas 25 instituições num universo de 73 associações existentes.

Procedeu-se à apresentação, análise e interpretação dos dados e principais conclusões do estudo.

Foram feitas algumas recomendações e sugestões.

Palavras-chave: Carta Educativa, aprendizagem formal, não formal e informal, Aprendizagem ao Longo da Vida, território e qualificação.

ABSTRACT

We established a theoretical approach in the initial stage of our work, defining some crucial concepts for the development and grounding of this study. We also characterized the territory under study in its several forms.

The research aims at knowing the most important municipal institutions, characterizing their activities and understanding what are their learning contexts.

By the institutions, there is will to establish partnerships and co-operate with the school. This linkage may contribute to increase and diversify their ability and educational provision by harnessing existing knowledge in local institutions.

The study was quantitative, using the inquiry and survey as a way to collect data. 25 institutions were studied within a total number of 72 existing associations.

Afterwards, the data and main conclusions of the study were presented, analysed and interpreted.

Some recommendations and suggestions were made.

Keywords: Education Charter, formal, non-formal and informal learning, Lifelong Learning, territory and qualification.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1. Território	5
1.2. Qualificação	9
1.3. Aprendizagens Formais, Não Formais e Informais	12
1.4. Aprendizagem ao Longo da Vida e os Processos de Reconhecimento dos Adquiridos Experienciais	18
1.5. Comunidade Educativa	26
1.6. Carta Educativa	29
Capítulo 2 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO DE ALJUSTREL	32
2.1. Caracterização Geográfica	32
2.2. Caracterização Demográfica	34
2.3. Caracterização Económica	38
2.4. Caracterização Social	39
2.5. Caracterização Cultural	40
2.6. Caracterização Escolar	43
Capítulo 3 – PERCURSO METODOLÓGICO	46
3.1. O Desenho da Investigação	46
3.2. Estudo Descritivo	48
3.3. Levantamento de Questões de Investigação	48
3.4. Objetivos da Investigação	50
3.5. Contexto Territorial	50
3.6. População-Alvo da Investigação – Universo e Amostra.....	51
3.7. Inquérito por Questionário	52
Capítulo 4 – ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS...	54
4.1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CONCELHO DE ALJUSTREL.....	54
4.1.1. Instituições por Freguesia	54
4.1.2. Número de Associados / Sócios	55

4.1.3. Data da Fundação	56
4.1.4. Interrupção da Atividade.....	57
4.1.5. Natureza Estatutária	58
4.1.6. Natureza Jurídica e Funcional	59
4.1.7. Área de Atividade	60
4.1.8. Plano Anual de Atividades	61
4.1.9. Funcionamento	62
4.1.10. Horário de funcionamento	63
4.1.11. Acesso do Público	64
4.1.12. Vínculo/Vencimento do Pessoal	65
4.1.13. Organização e Administração	66
4.1.14. Reuniões de Direção e da Assembleia	67
4.1.15. Relacionamento Institucional	69
4.1.16. Instituições Com Atividades de Aprendizagem	71
4.1.17. Parcerias Estabelecidas	74
4.1.18. Financiamento Das Parcerias	75
4.1.19. Público - Alvo e Protagonistas das Aprendizagens	76
4.1.20. Descrição das Aprendizagens	77
4.1.21. Objetivos da Aprendizagem	78
4.1.22. Responsabilidade Pela Conceção da Atividade	79
4.1.23. Responsabilidade Pela Concretização da Atividade	80
4.1.24. Formadores	81
4.1.25. Público-Alvo	82
4.1.26. Faixa Etária	83
4.1.27. Género	84
4.1.28. Local da Realização	85
4.1.29. Duração	86
4.1.30. Horário	87
4.1.31. Avaliação	88
4.1.32. Certificação	89
4.1.33. Financiamento	91
4.1.34. Parcerias	93
4.1.35. Natureza da Participação	96
4.1.36. Relevância da Aprendizagens	97

4.1.37. Disponibilidade Para Realizar Parcerias Educativas Com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel	98
Capítulo 5 – <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES</u>	100
5. 1. Conclusões	100
5.1.1. Nível Descritivo	100
5.1.2. Nível Crítico da Investigação	105
5.1.3. Nível Critico Para o Investigador	107
5. 2. Sugestões	108
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	110
<u>WEBLIOGRAFIA</u>	115
<u>LEGISLAÇÃO</u>	116
<u>ANEXOS</u>	117
Anexo I – Questionário das Aprendizagens Institucionais (I).....	118
Anexo II - Questionário das Aprendizagens Institucionais (II).....	126
<u>ÍNDICE DE FIGURAS</u>	
Figura 1 - Mapa de Freguesias do Concelho de Aljustrel	32
<u>ÍNDICE DE GRÁFICOS</u>	
Gráfico 1 - Evolução Demográfica (1999-2011)	35
Gráfico 2 - Instituições por Freguesia	55
Gráfico 3 - Área de Atividade	60
Gráfico 4 - Reuniões de Direção	68
Gráfico 5 - Reuniões da Assembleia	68
Gráfico 6 - Objetivos da Aprendizagem	79
Gráfico7 - Responsabilidade Pela Conceção da Atividade	80
Gráfico 8 - Responsabilidade Pela Concretização da Atividade	81
Gráfico 9 - Proveniência dos Formadores	82
Gráfico 10 - Público-alvo das Atividades	83
Gráfico 11 – Público-alvo (idades)	84
Gráfico 12 – Público-alvo (género)	85
Gráfico 13 - Local da Realização da Atividade	85
Gráfico 14 - Duração da Atividade de Aprendizagem	86

Gráfico 15 - Horário das Ações de Aprendizagem	87
Gráfico 16 - Certificação das Aprendizagens	89
Gráfico 17 - Tipo de Certificação das Aprendizagens	94
Gráfico 18 - Tipo de Financiamento	92
Gráfico 19 - Localização das Organizações Parceiras	94
Gráfico 20 - Grau de Formalidade da Parceria	95
Gráfico 21 - Relevância das Aprendizagens	97

Índice de Quadros

Quadro 1 - Distâncias entre Aljustrel e Outras Localidades do País	33
Quadro 2 - Área das Freguesias do Concelho de Aljustrel	34
Quadro 3 - Densidade Populacional	35
Quadro 4 - Distribuição da População Residente do Concelho e das Freguesias por Classes Etárias	36
Quadro 5 - Taxa de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade em Portugal, no Baixo Alentejo e no Concelho de Aljustrel	37
Quadro 6 - Eleitores Recenseados no Concelho de Aljustrel	37
Quadro 7 - Empresas por Número de Pessoas ao Serviço	38
Quadro 8 - Instituições de Solidariedade Social e Serviços Prestados à Comunidade.....	39
Quadro 9 - Equipamentos Culturais do Concelho	42
Quadro 10 - Escolas do Concelho de Aljustrel	43
Quadro 11- Taxa de Retenção e Desistência no Ensino Regular e a Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário Regular em Portugal, no Baixo Alentejo e no Concelho de Aljustrel	45
Quadro 12 - Dimensão, Instrumentos e Técnicas da Investigação	47
Quadro 13 - Instituições por Freguesia que Constituíram a Amostra	54
Quadro 14 - Número de Associados / Sócios	55
Quadro 15 - Data da Fundação	56
Quadro 16 - Interrupção da Atividade	57
Quadro 17 - Natureza Estatutária	58
Quadro 18 - Natureza Jurídica e Funcional	59
Quadro 19 - Área de Atividade	60
Quadro 20 - Plano Anual de Atividades	61

Quadro 21 - Períodos de Funcionamento	62
Quadro 22 - Horário de Funcionamento	63
Quadro 23 - Acesso do Público	64
Quadro 24 - Vínculo/Vencimento do Pessoal	65
Quadro 25 - Tipo de Contabilidade	66
Quadro 26 - Reuniões de Direção e da Assembleia	67
Quadro 27 - Estabelecimento de Parcerias	69
Quadro 28 - Entidades Parceiras das Instituições	70
Quadro 29 - Projetos de Aprendizagem	71
Quadro 30 - Período de Ocorrência da Atividade de Aprendizagem	73
Quadro 31 - Parcerias Estabelecidas	74
Quadro 32 - Origem do Financiamento	75
Quadro 33 - Público - Alvo e Protagonistas das Aprendizagens	76
Quadro 34 - Descrição das Aprendizagens	77
Quadro 35 - Objetivos da Aprendizagem	78
Quadro 36 - Responsabilidade Pela Conceção da Atividade	79
Quadro 37 - Responsabilidade Pela Concretização da Atividade	80
Quadro 38 - Proveniência dos Formadores	81
Quadro 39 - Público-alvo das Atividades	82
Quadro 40 – Público-alvo (idades)	83
Quadro 41 – Público-alvo (género).....	84
Quadro 42 - Duração da Atividade de Aprendizagem	86
Quadro 43 - Horário das Ações de Aprendizagem	87
Quadro 44 - Avaliação das Aprendizagens	88
Quadro 45 - Método de Avaliação das Aprendizagens.....	88
Quadro 46 - Certificação das Aprendizagens	89
Quadro 47 - Tipo de Certificação das Aprendizagens	90
Quadro 48 - Financiamento das Atividades Formativas	91
Quadro 49 - Tipo de Financiamento	92
Quadro 50 - Existência de Parcerias	93
Quadro 51 - Características das Parcerias	93
Quadro 52 - Localização das Organizações Parceiras	94
Quadro 53 - Grau de Formalidade da Parceria	95
Quadro 54 - Natureza da Participação.....	96

Quadro 55 - Relevância das Aprendizagens.....	97
Quadro 56 - Disponibilidade Para Realizar Parcerias Educativas Com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel.....	98
Quadro 57 - Caminhos a Serem Percorridos Nesse Projeto Educativo Conjunto .	98

INTRODUÇÃO

A realização desta dissertação decorre do nosso interesse pelas instituições da região onde residimos e de onde somos naturais. É também, de referir que, para além de termos sido praticantes desportivos durante cerca de 20 anos, tivemos também a oportunidade de exercer o cargo de Presidente da Direção de uma coletividade durante cinco anos, para além de atualmente desempenharmos o cargo de vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel.

O relatório de investigação aqui apresentado, relativo ao Curso de Mestrado em Ciências da Educação (variante de Gestão e Administração Educacional), resulta do nosso interesse pessoal surgido em redor deste tema, dado o grau de elevado interesse que, em nossa opinião, resulta para as instituições escolares do concelho de Aljustrel, bem como para todo o município em geral.

A Carta Educativa é uma ferramenta que perspetiva a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura numa determinada área territorial, promovendo o desenvolvimento de competências educativas essenciais e a excelência, ambicionando a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis, rentabilizando-os em favorecimento das populações. Assim, consideramos de todo pertinente a elaboração desta dissertação, onde vamos repensar a Carta Educacional de um território, mais propriamente do concelho de Aljustrel, sendo nossa intenção que a sua concretização possa contribuir decisivamente para o desenvolvimento educativo local.

As instituições fornecem, dentro do quadro das suas competências, formação e educação a quem por lá passa ou a quem lá desempenha funções profissionais, possuindo um manancial de conhecimentos, de que a escola deve fazer uso, como meio de complementar à educação formal que proporciona aos seus alunos. Para além de uma transmissão de conhecimentos de cariz desportivo, musical ou ao nível de uma dança característica de determinada região, também se formam cidadãos para a vida nas instituições, através da

transmissão de valores no âmbito do saber ser, saber fazer e saber estar, no interior de um grupo com regras previamente definidas.

É nossa convicção que, dentro das instituições, há um imenso potencial que é fundamental as escolas aproveitarem. A prova disto é o facto revelado através da elaboração desta dissertação, que evidencia um conjunto bastante significativo de associações que se disponibilizaram para estabelecer parcerias educativas com as escolas do concelho. Esta disponibilidade para estabelecer “pontes” entre a escola e a comunidade/território educativo, trazendo para o interior dos estabelecimentos de ensino aquilo que de bom existe em seu redor e aumentando de forma bastante relevante o seu manancial de conhecimentos, coloca a escola na preservação e difusão da cultura e das tradições locais, podendo nalguns casos transformar conteúdos não formais em conhecimento formal.

O trabalho de investigação sustentou-se numa questão de partida, que se constituiu como uma orientação sobre o rumo que se pretendia tomar para se atingirem os objetivos que foram propostos. A pergunta de partida foi a seguinte: **Qual a capacidade educativa nas instituições do concelho de Aljustrel e a recetividade no estabelecimento de parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel?**

A investigação em causa pretendeu atingir os seguintes objetivos:

i) Inventariar todas as coletividades existentes no concelho de Aljustrel atualmente em atividade;

ii) Selecionar, em articulação com os cinco presidentes de junta de freguesia do concelho, as instituições com uma atividade mais frequente e com mais iniciativa em termos qualitativos e de impacto junto das populações;

iii) Identificar as instituições constituintes da amostra que foi definida para serem estudadas nesta investigação;

iv) Identificar as instituições que proporcionam aprendizagens aos membros que as frequentam;

v) Conhecer de entre as instituições transmissoras de conhecimentos formais e não formais, aquelas que apresentam disponibilidade para colaborarem e participarem em parcerias educativas com a escola;

vi) Avaliar a disponibilidade das instituições em realizar parcerias educativas com a escola, apresentar esses dados à escola como um importante património a aproveitar para desenvolver a sua ação educativa.

Relativamente à execução do estudo empírico e perspetivando as melhores respostas às perguntas de investigação, optámos por uma metodologia de análise quantitativa, recorrendo ao inquérito por questionário como meio de recolha de dados. Após termos definido o universo das instituições existentes no concelho, definimos uma amostra com base nos conhecimentos que possuíamos sobre a atividade das instituições, para além dos contributos de alguns agentes locais, nomeadamente, presidentes de juntas de freguesia, que prestaram a sua colaboração, de maneira a podermos selecionar uma amostra sustentada nas associações com atividade regular e proeminente, relativamente ao trabalho em prol das populações.

No trabalho de investigação, procurámos conhecer o funcionamento das instituições no período compreendido entre 2008 e 2010. Assim, começamos numa primeira fase por validar o instrumento de registo através do contacto com algumas pessoas avalizadas para o fazer, apesar do questionário em questão ser utilizado com frequência por estudantes da Universidade de Évora, passando de seguida à caracterização do universo e à definição da amostra. Após estes procedimentos, decorreu o período de aplicação dos questionários, passando-se de seguida ao tratamento dos dados através do programa de tratamento estatístico SPSS. Com a conclusão do trabalho de investigação, procedemos à redação da dissertação.

A estrutura do trabalho vai consistir numa primeira parte onde se vai elaborar o suporte teórico, procedendo ao enquadramento conceptual e caracterizando o concelho de Aljustrel, nas suas várias vertentes para além da definição dos principais termos de suporte ao desenvolvimento desta dissertação. No terceiro ponto, vamos efetuar o trabalho prático, delimitando a metodologia utilizada e procedendo à análise e interpretação da informação. Na última parte do trabalho, vamos tirar as principais conclusões resultantes da realização desta

dissertação, apresentando algumas sugestões para futuras investigações nesta área, expondo ainda a bibliografia de suporte e os anexos.

Como principais conclusões desta investigação podemos constatar a existência de imenso potencial educativo nas organizações e a total disponibilidade dos seus responsáveis para colaborarem com a escola e serem parceiros em projetos educativos comuns.

Capítulo 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Território

O território é algo que nos prepara para a vida, que contribui para a formação do indivíduo, que molda a sua personalidade, tornando-o naquilo que ele é. Se é indiscutível que a escola fornece suporte teórico e conhecimentos que nos permitem, no futuro, aceder a uma formação superior, foi e continua a ser para muitos os recursos existentes no território que os prepara para exercerem profissionalmente um determinado ofício. Numa oficina de mecânico, de carpinteiro, numa mina ou mesmo numa padaria, entrava-se para trabalhar com tenra idade, começava-se como aprendiz e só com o passar do tempo, aliado à demonstração de capacidades, se passava para outro nível de funções, até se atingir o topo que seria chegar a mestre. Há anos atrás, a maioria da população possuía poucas habilitações escolares, adquirindo-se, essencialmente, a escolaridade básica, já que apenas as famílias com mais posses tinham a possibilidade de colocar os filhos a estudar até idades mais avançadas. Na grande maioria dos casos, homens e mulheres começavam, bem cedo, a trabalhar para ajudar a sustentar o respetivo agregado familiar, que, nesta região, era de cariz maioritariamente pobre. Neste contexto, era o território que fornecia a educação, no âmbito do saber ser, saber estar e que proporcionava os ensinamentos básicos ao desempenho das profissões da época, ou seja, era essencialmente ao nível familiar, no grupo de amigos, vizinhos ou colegas de trabalho que se aprendia e que se ensinava um determinado ofício e se moldava a postura do indivíduo. Era o território que se constituía como qualificador do homem para ser um profissional nesta ou naquela área.

A este propósito, Nico, B. (2011) salienta a importância do território na aquisição de competências por parte de uma população que, na sua maioria, possui baixos níveis de escolaridade, como o comprova a taxa de escolaridade do ensino secundário, que na região Alentejo se situa nos 35,6% (INE, 2011). Como refere este autor, “*sendo o território um factor determinante no processo de qualificação dos indivíduos e das instituições, é já evidente e fundamental que, em cada contexto territorial, se proceda a uma adequada cartografia de todas as aprendizagens existentes*” (Nico, B. 2011:6).

Nos territórios alentejanos do passado, dito pelos mais velhos, pouco ou nada havia, comparativamente ao que hoje existe. Havia a necessidade de se adquirirem estratégias para resolver os problemas que constantemente ocorriam no desempenho das profissões da época e na vida quotidiana. A “arte” com a qual se ultrapassavam as dificuldades que surgiam no dia-a-dia tornava-se conhecimento que nalguns casos ia passando de geração em geração por via oral ou através do exemplo prático. Neste contexto, como refere Nico, B. (2008) podemos afirmar que

“aprendemos em qualquer circunstância. Aprendemos na circunstância da família, com a mãe, com o pai, com os irmãos, com os avós, com as tias, com os tios, com as primas, com os primos...Aprendemos na circunstância da rua. A rua é a sociedade a fluir. A rua é o exterior da família. Entre a família e a rua há, continua a haver, uma linha de fronteira. A família é um mundo, mas a rua é um mundo outro, imenso, complexo, temeroso, fascinante. Se tirássemos a cada um de nós o que aprendemos, até hoje, na rua, que ficava?” (Nico, B. 2008:1)

Devido à pobreza que sempre caracterizou a nossa região, foi através da capacidade de improvisar que os problemas foram superados, como é comum dizer-se: das fraquezas faziam-se forças. A título de exemplo: sempre que surgia um determinado problema de saúde, existia por parte dos mais antigos o recurso às chamadas “mezinhas”, que, na falta de medicamentos ou de dinheiro para os comprar, atenuavam e resolviam algumas doenças que surgiam. Essas “mezinhas” não eram mais que “saberes” que a população detinha para fazer face a doenças do quotidiano. Esse conhecimento não se encontrava escrito em livros, estava apenas contido na sabedoria popular, ou seja, no manancial de conhecimentos de cada um. Na sequência do raciocínio seguindo acima, Costa (2005) refere que

“a aprendizagem realizada pelas pessoas não se circunscreve a contextos formais de Educação e Formação, pois no decurso da vida, múltiplas são as situações e vários os contextos em que os adultos são colocados diante de situações novas e complexas e, por isso, vão criando e produzindo modos de resolver os problemas construindo diferentes saberes”. (Costa, 2005, p. 3).

Relativamente a esta temática, existe uma preocupação que deve estar presente no espírito de quem se debruça sobre estas questões e igualmente quem têm responsabilidades nesta matéria, que consiste na preservação destes conhecimentos disseminados por um

território ainda bastante vasto, que fazem parte do espólio cultural e educacional dos povos e que não são alvo de qualquer tipo de enquadramento formal por parte de uma entidade competente. Como referem Bravo Nico e Lurdes Nico,

“corre-se um perigo: a crescente dificuldade e, no limite, uma verdadeira ruptura na passagem de um testemunho cultural local, dimensão estruturante na edificação de uma identidade comunitária e territorial, na patrimonialização e valorização da cultura local e no estabelecimento de um contrato geracional, através do qual a comunidade não perde, na sua viagem para o futuro, fragmentos significativos do seu passado”. (2011:2)

Um elemento de inegável valor na cultura, na tradição do povo alentejano é o seu cante. Em todo o território alentejano, no país e mesmo no estrangeiro, existem grupos que, através da música, com as suas letras abordam a vida e as questões do quotidiano dos habitantes desta região. É frequente ouvir entre a população mais idosa, que trabalhava no campo e que para lá se deslocava pelo seu próprio pé, que ia e vinha cantando modas (canções), fazendo-o igualmente enquanto ceifava o trigo e o transportava para as eiras. A Candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, promovida pela Câmara Municipal de Serpa e pelo Turismo do Alentejo, pretende, segundo o site oficial da candidatura, que *“Caso seja aceite, o valor do Cante Alentejano seja reconhecido internacionalmente, sendo ao mesmo tempo assumido publicamente um Plano de Salvaguarda, onde os vários actores e instituições subscritoras se comprometem a tomar medidas para proteger e promover o Cante Alentejano”*. (<http://www.candidaturadocante.com>, 2012). Outra questão fundamental se coloca e se reporta claramente à intenção de preservar um conhecimento, onde se declara que o Plano de Salvaguarda acima citado *“garanta que a manifestação em causa não está em risco de se perder e que, pelo contrário, está viva e estão garantidos os mecanismos de transmissão a futuras gerações”* (<http://www.candidaturadocante.com>, 2012). A intenção fundamental de proteger este importante elemento da cultura alentejana fica ainda demonstrada através da intenção de

“durante a promoção do cante alentejano a património imaterial da Unesco serão realizadas várias actividades, destacando-se a recolha e o estudo do cancionero e da discografia do cante alentejano, assim como a inventariação e a caracterização dos grupos corais e uma compilação ilustrada de histórias de vida de cantadores e de grupos corais”. (<http://www.candidaturadocante.com>, 2012)

A este propósito, o sítio do Inalentejo aprovou esta candidatura e referiu o seguinte: *“A salvaguarda deste património é assegurada, igualmente, pela crescente inclusão do seu ensino nas escolas locais, facto que induz também a sua transmissão inter-geracional”.* (www.inalentejo.qren.pt/, 2012)

É de realçar positivamente a sensibilidade para esta questão e a confiança que é transmitida para o território, quando as escolas assumem magistralmente o seu papel igualmente nesta matéria, através da construção de conhecimento formal, ensinando aos seus alunos o cante caraterístico da sua região, preservando um valioso legado que tem as suas origens no passado, mas que fica desta forma disponível no presente e para as gerações vindouras.

Outro exemplo de boas práticas nesta matéria encontra-se no concelho de Castro Verde, onde a autarquia local, em articulação com a escola, *“veio permitir a criação de uma componente de aprendizagem do toque e da construção da Viola Campaniça na Escola Secundária de Castro Verde”* (<http://www.cm-castroverde.pt>, 2012). Este instrumento musical é típico do concelho de Castro Verde, também denominado de “campo branco” e citando ainda o site do município é ainda lá referido que

” a dinamização deste projecto contribuiu efectivamente para uma nova dinâmica do instrumento na comunidade mas também para a salvaguarda e dinamização da tradição musical local, ajudando na existência de uma escola aberta ao meio, onde a par dos conteúdos curriculares, os projectos sejam, efectivamente, um contributo no cumprimento de objectivos colectivos”. (<http://www.cm-castroverde.pt>)

1.2. Qualificação

Constituindo-se o território como um local de aprendizagens com um enorme potencial e diversidade de conteúdos, torna-se fundamental valorizar e reconhecer os conhecimentos e competências adquiridas pelos indivíduos durante o seu percurso de vida. Partindo-se do princípio de que a educação não está confinada apenas aos estabelecimentos escolares, surge assim a necessidade de implementar sistemas de certificação de conhecimentos, que possam validar aptidões resultantes da experiência pessoal e profissional das pessoas, que em muitos casos, não tiveram pelas mais diversas questões possibilidades de frequentar a escola e adquirir conhecimentos formais. A este propósito (Nico, B. 2009:184) refere a *“importância crescente dada à valorização dos adquiridos e da aprendizagem ao longo da vida”*.

Numa sociedade cada vez mais globalizante e em constante mudança aos mais variados níveis, torna-se fundamental que o indivíduo seja, cada vez mais, portador de competências diversificadas ou que esteja disposto a aprofundar/adquirir conhecimentos para fazer face às exigências do mundo atual, onde já não é um dado adquirido que o emprego de hoje seja o mesmo de amanhã. Assim, é fundamental que o cidadão contemporâneo esteja recetivo a continuar a aprender, de forma a estar sempre na vanguarda do conhecimento para que possa exercer de forma sustentada as suas funções profissionais e cívicas. A este propósito, Nico, refere que

“esta realidade complementa-se com o facto de termos, hoje e de forma bem clara, a percepção de que as qualificações, as competências, os conhecimentos, construídos e desenvolvidos através de percursos formais de qualificação, têm um tempo de vida útil bastante curto, o que faz com que todos os indivíduos necessitem de uma aprendizagem contínua, que lhes permita estar devidamente informados ao longo de toda a sua vida e, conseqüentemente, manter a sua capacidade de interagirem com a realidade do exercício profissional e da participação cívica e social” (Nico, B. 2011:20).

Se reconhecemos atualmente a importância, a riqueza e a diversidade da educação adquirida em contextos não formais, é fundamental continuar a apelar à necessidade do reconhecimento deste tipo de conhecimento por parte da escola. Possuindo as escolas todos os

meios necessários para transmitir conteúdos formais, é necessário atrair os profissionais que lá trabalham para criar oferta educativa para aqueles que não tiveram oportunidade de a frequentar, validando com esses procedimentos os conhecimentos adquiridos ao longo da vida. A escola não pode ficar fechada em si própria e ignorar o potencial educativo do território onde está sediada, bem como das instituições, empresas e associações que, em seu redor vão proporcionando a aquisição de conhecimentos aos cidadãos. Ao nível da sua ação, a escola não pode ser apenas transmissora de conhecimento do seu interior para a comunidade, deve também ser capaz de trazer para dentro das suas portas o conhecimento que existe no seu território, organizá-lo e atribuir a quem o possui o devido reconhecimento. A este propósito Nico, salienta a importância de

“assumir a Escola como uma oportunidade de, não só realizar aprendizagens, mas também de reconhecer aprendizagens que não ocorreram no seu seio, significa atribuir uma nova geometria axiológica e social ao conceito de Escola e assumir esta definitivamente como o ponto de encontro e de diálogo entre as aprendizagens formais e as não formais. Significa assumir a Escola como a plataforma onde as aprendizagens nascem, se desenvolvem e saem para a vida e também onde aquelas aprendizagens que nasceram e se desenvolveram na vida vêm, para ganharem uma relevância formal equivalente às primeiras. Esta Escola seria aquela que promoveria a Igualdade de Oportunidades no seio de todas as Aprendizagens. Uma boa Escola, tal como uma boa Cidade é aquela que acolhe todos e todas as diferenças, transformando essa diversidade na sua maior riqueza” (Nico, B. 2008:5).

É ponto assente nos nossos dias que um país e uma região só conseguem ter níveis elevados de desenvolvimento com a qualificação dos membros que dela fazem parte. Sendo a região Alentejo, por via da sua interioridade e das características do seu território, uma das menos desenvolvidas do país, torna-se imprescindível munir os seus habitantes de ferramentas qualificantes para que possam competir dentro e fora desta área geográfica. Como diz Renata Veríssimo, *“a qualificação de pessoas e organizações é ponto fundamental e determinante para alcançar patamares de competência locais que permitam a permanente construção de conhecimento”* (Veríssimo, R.2011:100). Para alcançar este objetivo é necessário o envolvimento e a colaboração de todos, não podendo a escola pôr-se à margem deste processo, devendo sim assumir as suas responsabilidades, trabalhando afincadamente para o

desenvolvimento local e para a autenticação dos conhecimentos adquiridos localmente, tal como refere Veríssimo, R. (2011:100). *“em territórios, à margem dos grandes investimentos e distantes dos centros de decisão, a construção do desenvolvimento deve ser assumida como um desígnio de todos os que nele habitam e trabalham”* in Bravo Nico (coord.).

Tendo em consideração o facto de o mundo atual estar cada vez mais globalizado, é fundamental que o sistema educativo/formativo dê resposta às pretensões individuais da população e do sistema económico, perspetivando a competitividade e a formação adequada às necessidades de cada pessoa. Neste contexto, Costa (2011:15), refere o seguinte:

“tendo em conta os novos desafios da sociedade, a aprendizagem ao longo da vida tende a proporcionar aos indivíduos oportunidades de aquisição de competências que lhes permitirão trabalhar mais e melhor, para que as entidades patronais se tornem mais competitivas perante uma economia global.”

Como já foi referido, a formação que se adquire em determinado período da nossa vida não tem um carácter vitalício, já que o conhecimento de hoje pode já estar desatualizado e ultrapassado amanhã. Como tal, é fundamental que o sistema educativo forneça a quem quer qualificar-se para ser um profissional mais competente, em determinada área, mecanismos de formação adequada às exigências atuais. A este propósito, Nico refere que

“um dos objetivos de futuro dos sistemas públicos de qualificação, é que estes estejam presentes em cada momento da vida de cada pessoa e, nessa circunstância específica, tenham a capacidade de construir de forma personalizada, as respostas de qualificação que mais se adequem às respectivas necessidades e expectativas” (Nico, B. 2011:22).

1.3. Aprendizagens Formais, Não Formais e Informais

No Alentejo e noutros territórios com estas características, torna-se fundamental inventariar os conhecimentos que aqui se encontram como forma de os preservar, organizando-os para serem transmitidos às gerações atuais e às vindouras. Os “saberes” encontram-se, em muitos casos, dispersos e desordenados, sendo fundamental intervir para juntá-los de forma sistematizada, para que os mesmos possam ficar acessíveis e estruturados. Neste contexto, Romão (2008:26) refere o seguinte:

(...) a região alentejana é detentora dum imenso espólio de experiências de vida marcadas por percursos diferenciados de aprendizagem, onde homens e mulheres procuram no quotidiano uma solução para a sua existência. Nesse contexto de vida, inserem-se os grupos desportivos, recreativos, culturais, escolas de música, casas do povo, oficinas, paróquias, diferentes locais de trabalho que proliferam por todo o lado. É nestes ambientes humanos que se edificam muitas personalidades, se projectam carreiras profissionais, se constroem muitas vidas familiares e se estruturam muitas comunidades.

A cultura, o conhecimento, os hábitos e tradições locais são como uma matriz que permite caracterizar uma determinada região. As escolas como organizações que se encontram situadas numa determinada região podem e devem assumir a tarefa de organizar o conhecimento territorial que se encontra disseminado por coletividades, empresas, pessoas particulares e todo o tipo de instituições, visto possuírem no seu interior, potencial humano habilitado para efetuar esse trabalho. Através dessa geminação/simbiose de conhecimentos seria possível construir um currículo regional ou concelhio, articulado logicamente com o currículo nacional, havendo no entanto espaço para incluir na transmissão de conteúdos, aqueles que são os conhecimentos locais.

A este propósito, Nico, B. (2008) refere o seguinte:

“é no encontro entre as aprendizagens concretizadas nos ambientes formais – de natureza menos territorializada, com um cunho menos local e sendo o resultado da decisão dos grupos culturalmente dominantes – e as que são realizadas nos contextos não formais – que decorrem mais das características físicas, sociais e culturais dos territórios em que vivemos – que resultará o perfil dos conhecimentos

que construímos, das competências que desenvolvemos ou das atitudes que manifestamos. Ambas as dimensões são fundamentais na edificação da nossa personalidade e na determinação da nossa infra-estrutura cognitiva e afectiva.”
(Nico, B. 2008:3)

Antes de continuarmos a abordar esta matéria, é primordial definir bem a terminologia abordada neste ponto. Existem atualmente inúmeras definições de aprendizagem formal, não formal e informal. No entanto, concordamos com aquelas que são enunciadas no Memorando Sobre Aprendizagem ao Longo da Vida, 2000, e que são as seguintes:

- **Aprendizagem formal:** decorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos.

- **Aprendizagem não-formal:** decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação e não conduz, necessariamente, a certificados formais. A aprendizagem não-formal pode ocorrer no local de trabalho e através de actividades de organizações ou grupos da sociedade civil (organizações de juventude, sindicatos e partidos políticos). Pode ainda ser ministrada através de organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas convencionais (aulas de arte, música e desporto ou ensino privado de preparação para exames).

- **Aprendizagem informal:** é um acompanhamento natural da vida quotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e não-formal, este tipo de aprendizagem não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida, mesmo pelos próprios indivíduos, como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões.

Depreende-se claramente da abordagem destes três tipos de aprendizagem, que o ser humano adquire conhecimento não apenas nos locais especificamente destinados a esse efeito como as escolas, mas também noutros contextos mais ou menos estruturados. Como refere Couceiro (2002:4):

“este monopólio foi atribuído, durante anos, à escola, enquanto único meio legítimo e socialmente reconhecido, de transmissão do saber e do conhecimento. Assim, durante muito tempo, menosprezou-se tudo o que procede de outros campos

e contextos historicamente não reconhecidos “no parcelamento disciplinar a que têm obedecido as organizações escolares”.

Assim, quem se encontra a definir políticas educativas não pode considerar apenas as escolas como locais singulares, possuidores exclusivos da capacidade de ensinar, educar e transmitir conhecimentos, pois é inegável que se aprende nos mais variados contextos, nomeadamente em locais como sociedades musicais, desportivas, recreativas, que fornecem aos seus frequentadores não apenas ensinamentos específicos sobre determinada área, mas também valores, posturas e comportamentos, moldando as personalidades de quem frequenta esses aprazíveis espaços. A este propósito, Monteiro (2011), defende que:

“quando se fala de educação, normalmente restringimo-nos ao seu aspecto formal, à educação que acontece no meio escolar, como se fosse o único meio possível para promover educação e aprendizagens aos indivíduos. Mas esta concepção está no mínimo incompleta, uma vez que o desenvolvimento humano se faz com aprendizagens ao longo da sua vida, não havendo uma única forma, nem um único modelo de educação. A escola não é o único lugar onde se promovem aprendizagens e talvez, em alguns casos, nem seja a mais significativa”. (p. 184).

Em clara sintonia com esta posição, também Pires (2007) refere o seguinte:

“conceitos como educação não formal ou aprendizagem ao longo da vida devem, hoje, fazer parte do novo conceito de educação. A escola não pode isolar-se, deve estar aberta à comunidade, deve estar em sintonia com ela, sendo, por isso, necessário uma maior interacção entre a educação formal e os agentes educativos que desenvolvem processos de educação não formal, não devendo os dois conceitos serem considerados concorrentes, mas sim complementares, actuando no sentido do enriquecimento do processo educativo e proporcionando melhores condições de aprendizagem.” (p. 24-25).

Consideramos desta forma, que negar potencialidades educativas às instituições, seria desconsiderar por completo organizações quem em muitos casos são mais antigas do que a própria escola e onde inúmeras gerações, já adquiriram saberes que por vezes são desenvolvidos e potenciados ao nível dos estabelecimentos do ensino superior e académico. Neste âmbito, Ferreira (2008) diz o seguinte:

“há autores que consideram que a escola se tem imposto às culturas locais e que, embora se reconheça que a educação tem lugar em contexto, familiar e comunitário, estes sofrem um processo de “abafamento e desqualificação”, sendo necessário o desenvolvimento de parcerias que valorizem esses ambientes não formais e informais e, desse modo, as aprendizagens aí desenvolvidas”. (p. 46).

Como tal, é importante legitimar o potencial educativo de quem tem contribuído para em conjunto com a escola, fornecer às crianças e jovens uma educação abrangente e transversal, formando hoje os homens de amanhã. Como refere Nico, B. (2004):

“ às ocasiões e ambientes formais de aprendizagem, proporcionados pelo sistema escolar (independentemente do nível de escolaridade considerado), somam-se as ocasiões e ambientes não formais de aprendizagem, proporcionados pelas instituições não escolares presentes no meio comunitário – no seio das quais se concretizam autênticos processos organizados de ensino e de aprendizagem –, bem como os episódios pontuais com conteúdo educacional que se protagonizam no quotidiano comunitário e que configuram as aprendizagens informais, são várias as oportunidades educativas disponíveis nas pequenas comunidades do meio rural português: as de índole musical das escolas de música das bandas filarmónicas; as de natureza religiosa das paróquias; as de natureza desportiva dos clubes e associações; as de natureza recreativa e cultural dos grupos de teatro e das instituições culturais” (Nico, B. 2004:1).

Para além da formação adquirida no contexto escolar, todos nos recordamos de pessoas, familiares, amigos ou outros, que tiveram uma importância decisiva na nossa formação e na estruturação e afirmação da nossa personalidade. Não é apenas a escola que forma o homem, são também as pessoas com quem contactamos e convivemos que nos ajudam a ser aquilo que somos, sendo nessa encruzilhada de experiências e vivências que nos formamos e nos tornamos cidadãos válidos e participativos na vida da comunidade onde estamos inseridos. Tal como refere Berbaum (1993, citado por Barroso, 2010:9) *“o desenvolvimento do indivíduo resulta das suas interações com o meio que o rodeia”*, tendo o território uma importância vital para a formação do nosso carácter, moldando em grande parte a nossa forma de ser e de estar. Sobre esta perspetiva, Nico, B. (2008) refere que

é no

“encontro entre as aprendizagens concretizadas nos ambientes formais – de natureza menos territorializada, com um cunho menos local e sendo o resultado da decisão dos grupos culturalmente dominantes – e as que são realizadas nos contextos não formais – que decorrem mais das características físicas, sociais e culturais dos territórios em que vivemos – que resultará o perfil dos conhecimentos que construímos, das competências que desenvolvemos ou das atitudes que manifestamos. Ambas as dimensões são fundamentais na edificação da nossa personalidade e na determinação da nossa infra-estrutura cognitiva e afectiva” (Nico, B. 2008:3).

Abordando ainda as formas de aprendizagem, é fundamental referir a opinião de Canário (2000, citado por Romão, 2008:30), já que este autor refere o seguinte:

“as aprendizagens informais derivadas das vivências quotidianas, representam a maior fatia das aprendizagens realizadas pelos indivíduos ao longo da vida, evidenciando o potencial formativo das situações profissionais, (dimensão educativa das situações de trabalho); o ambiente físico que o rodeia, o qual condiciona a maneira de ser dos indivíduos e a existência de uma função educativa, latente ou residual, nos programas televisivos.”

Deverá, portanto, a escola reconhecer o potencial educativo das instituições da sua região, promovendo a criação de “pontes” entre si e as coletividades que estão em seu redor, ordenando a oferta educativa do seu território, organizando-a para posteriormente a colocar à disposição da população. Se não tiver a capacidade de o fazer, a escola poderá correr diversos riscos em relação à importância estratégica que possui em termos educativos. A este propósito, Libâneo (1998, citado por Romão, 2008:28), refere que

“a escola tem vindo a perder o seu passado monopolista do saber e da formação e cada vez mais a transmissão de saberes se dá e actualiza noutras instâncias, com as quais a escola, se não diversificar as suas formas de educação e formação, dificilmente poderá competir.”

Ao alcançar este objetivo a escola está a contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade do ensino que fornece aos seus alunos, tendo igualmente em atenção a importância de conservar um dos bens mais preciosos da sua comunidade, ou seja, o conhecimento local, que provêm do passado mas que deverá ser transportado para o futuro, porque saber de onde viemos é importante para definirmos para onde queremos ir e darmos passos seguros nesse sentido. Como refere Nico:

“torna-se fundamental que a Escola acolha, no seio da sua proposta curricular, os contributos de todas as fontes que podem e devem concorrer para uma adequada formação humana, técnica, artística e moral dos indivíduos. É nesta postura de humildade curricular que a Escola pode contribuir para uma dinâmica e justa osmose entre o conhecimento formal e oficial e o conhecimento local, normalmente de matriz não formal ou informal”. (Nico, B. 2008:3)

1.4. Aprendizagem ao Longo da Vida e os Processos de Reconhecimento de Adquiridos Experienciais

Nos tempos que vivemos, assume cada vez mais importância a perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (ALV), como algo indispensável ao perfil do homem atual e às exigências do mundo global em que todos vivemos. O homem como ser pensante que é, apresenta capacidade para aprender nos mais variados domínios e contextos onde intervém, havendo sempre, por via da sua atividade, inúmeras ocasiões onde é possível adquirir novos conhecimentos. Na infância e na adolescência, adquirimos conhecimentos essencialmente nas escolas e no contacto com os mais velhos, ao contrário do que acontece na idade adulta, já que nessa fase da vida, vamos direcionando a nossa formação para onde consideramos que temos mais necessidade ou interesse, sendo essa uma decisão que é da nossa responsabilidade e que não resulta de uma imposição sistémica ou familiar. A este propósito, Manuel Patrício, refere que

“ a educação exerce-se, como que automaticamente, durante toda a vida, só que com a diferença de que, na idade adulta, o homem confia a si mesmo a missão de seu próprio educador, ao passo que, na idade infantil, precisa de um guia, que é conjuntamente a família e o mestre. (Patrício, 2011:19)

Aprendemos sempre e nas mais variadas circunstâncias, *“Os adultos aprendem com e ao longo da sua vida: no trabalho, na família, com a televisão, em ações de formação não certificadas formalmente, com os livros nas bibliotecas, ...”* (Trigo, 2011:39), quer seja no âmbito formal da transmissão de conhecimento, quer por todas as outras vias fora desta área, que se constituem como mais diversificadas e próximas do meio onde vivemos. A este propósito, Faure (1972, citado por Costa, 2011:10) refere o seguinte: *“de uma forma consciente ou não, o homem sempre se instruiu, educou e formou ao longo da vida, quer pela influência do meio, quer pelas consequências das suas experiências, das concepções de vida e conteúdos do saber que vão delineando os seus comportamentos”*. A propósito desta temática, Trigo (2011:40), reportando-se ao Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da vida, salienta *“A importância de se dar a oportunidade a todos de dar continuidade aos percursos formativos”*, como algo que é fundamental para criar uma sociedade mais justa, já que esta questão entronca no princípio da igualdade, conferindo aos cidadãos a hipótese de adquirirem mais conhecimentos e se poderem tornar profissionais mais qualificados no seu

setor de atividade. Rico (2011:40) refere, neste contexto, a Comunicação das Comunidades Europeias *“aprender ao longo da vida tem um papel crucial a desempenhar no que respeita à remoção das barreiras que vedam o acesso ao mercado de trabalho e entram a progressão no seio do mesmo. A luta contra a desigualdade e a exclusão social inscreve-se neste processo”*. O mundo do trabalho é, cada vez mais exigente, muito por via da crescente globalização que todos temos oportunidade de constatar. Como tal, é a qualificação dos trabalhadores que pode funcionar como “alavanca” ao desenvolvimento e à competitividade. Nesta conjuntura, Nico, L. (2011:41) refere que *“os sistemas de reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais no paradigma da ALV assumem um papel importante”*, já que possibilitam a certificação de competências adquiridas, transmitindo ao indivíduo uma mensagem-força de reconhecimento e valorização de um percurso de vida, que lhe faz aumentar a autoestima e o faz sentir com potencialidades de continuar a evoluir, procurando adquirir mais conhecimentos para a sua qualificação. Nestas circunstâncias, Nico, L. (2011, citando Pires, 2007:59) refere o seguinte:

“O valor pessoal e social que os adquiridos detêm baseia-se na convicção de que os saberes experienciais desenvolvidos nos diversos contextos de vida são tão importantes e merecedores de reconhecimento “visibilidade e legitimidade” como todas as outras aprendizagens formais.”

Ainda neste contexto, Cavaco (2002:19) *”considera que o conceito de Educação Permanente deve ser entendido como a educação ao longo da vida, a qual deverá ser proporcionada pelas instituições formais mas também por toda a sociedade”*. Canário (2008: 28) observa ainda que *“o processo educativo se confunde com o próprio ciclo de vida e corresponde a percursos individualizados de aquisição e construção da autonomia”*. Também Galhardas (2012:32) refere a importância da sociedade neste processo de aquisição de competências por parte das pessoas, considerando que

“ cada vez mais a sociedade enfatiza a importância da educação ao longo da vida como sendo indispensável ao desenvolvimento pessoal e profissional. Neste sentido, a educação é valorizada como forma de dar resposta às necessidades de conhecimento ou de desejo de aperfeiçoamento e alargamento das formações. Assim, importa conceber a educação como um

todo, e não apenas centrada em determinada fase da vida ou com objectivos específicos.

A mesma autora salienta, ainda, que o desenvolvimento dos procedimentos formativos subentende a ideia de que *“os adultos se formam através das experiências, dos contextos e dos acontecimentos que acompanham a sua existência”* (Nóvoa, 1988: 120), uma vez que, *“o adulto é capaz de aprender a partir das suas próprias experiências e de integrar experiências e conhecimentos adquiridos (escolares e outros) num processo de formação contínua”*. A este propósito, também Silvestre, citado em Pires (2007:22), refere o seguinte: *“a educação/ formação integral do homem não acontece nem se aprende só na escola/ sistema escolar (educação formal). Vai-se processando na e ao longo da vida de uma forma permanente (através também da educação não formal e educação informal)”*. Continuando a abordar esta temática, importa referir que a educação formal fornecida nas escolas não consegue, em muitos casos, integrar o conhecimento local e, como tal, não é capaz de trazer para o seu interior aquilo que é a cultura e os hábitos dos seus habitantes, promovendo a articulação entre o interior e o exterior, transformando-o num agregado único e abrangente. Assim, é pertinente que vejamos a

“educação ao longo de toda a vida não como um ideal longínquo mas uma realidade que tende, cada vez mais, a inscrever-se nos fatos, no seio de uma paisagem educativa complexa, marcada por um conjunto de alterações que a tornam cada vez mais necessária. Para conseguir organizá-la é preciso deixar de considerar as diferentes formas de ensino e aprendizagem como independentes umas das outras e, de alguma maneira, sobrepostas ou concorrentes entre si, e procurar, pelo contrário, valorizar a complementaridade dos espaços e tempos da educação moderna”. (DELORS, J. 1996:104)

Ainda a este propósito, autores como Galhardas (2012:13) fazem menção ao mesmo relatório presidido por Jacques Delors (1996), intitulado *"Educação um Tesouro a Descobrir"*, destacando o facto de

“ (...) não ser suficiente que cada sujeito reúna, no início da vida, uma determinada quantidade de conhecimentos aos quais possa recorrer, de forma individual, indefinidamente. O mundo está em constante transformação e a informação em permanente actualização, pelo que o conhecimento rapidamente se pode tornar desactualizado.”

A mesma autora faz referência à Recomendação da UNESCO (1976), decorrente da Conferência Geral de Nairobi, onde se mencionam os processos educativos como algo que deverá ser pensado de forma integrada, ou seja, como um todo. Assim sendo, a educação, *“ deve abarcar todas as dimensões da vida, estender-se a todas as competências e domínios do saber; adquirir-se por meios diversos e favorecer todas as formas de desenvolvimento da personalidade”*. Continuando esta linha de pensamento, Trigo (2002) refere que *“Os adultos aprendem com e ao longo da sua vida: no trabalho, na família, com a televisão, em ações de formação não certificadas formalmente, com os livros nas bibliotecas...”* (p.39).

A formação e as competências que hoje possuímos, não se restringem apenas ao período em que frequentamos a escola, já que, em articulação com os horários letivos, muitos jovens estudam em conservatórios, realizam prática desportiva, dançam em ranchos folclóricos, integram grupos de teatro amador, sendo nestas atividades devidamente acompanhados por pessoas com formação específica na respetiva área, ou possuidoras de experiência que lhes permitem ter com os jovens uma intervenção educativa e formativa, marcando em muitos casos para a vida, as gerações com quem vão tendo oportunidade de trabalhar. Assim, é fundamental legitimar e reconhecer o potencial educativo que estas instituições possuem e a sua importância para a formação de cidadãos, que em muitos casos é desenvolvida ininterruptamente desde os primórdios do século passado.

Quando temos a oportunidade de ouvir, por parte de certas personalidades, quais foram as pessoas que mais as marcaram no seu passado, para além de familiares e amigos, encontram-se os docentes, mas também em muitos casos dirigentes desportivos, treinadores, ensaiadores, professores de dança e de música e outras pessoas, que fora da escola tiveram e continuam a ter atualmente, uma importância significativa na definição de percursos de sucesso. A conjugação de todo esse potencial educativo que existe no território com percursos de vida simplesmente brilhantes, torna-se fundamental para proporcionar a quem sempre

lutou para conseguir vencer na vida, o reconhecimento formal daquelas que foram as suas aprendizagens, desde o seu percurso no mundo do trabalho, passando igualmente pelo exercício de uma cidadania ativa. O sistema educativo deve obrigatoriamente desencadear mecanismos que concretizem a necessidade destas pessoas verem devidamente identificadas as suas potencialidades e percursos de vida, transmitindo-lhes não apenas uma mensagem positiva sobre o seu passado e presente, mas abrindo-lhes neste difícil momento que estamos a atravessar, uma importante “janela” de esperança, relativamente a algum ceticismo e receio que possam vir a sentir relativamente ao futuro. Essencialmente, o que se pretende é que as pessoas continuem a acreditar em si próprias e que encarem os tempos vindouros com uma perspetiva positiva, dando-lhes força para lutarem contra as adversidades. Citando Costa, a autora refere que:

“actualmente insiste-se cada vez mais que a aquisição de saberes não se restringe a contextos formais mas alarga-se a outros.” (Costa, J, 2005, p.240) (...) “A consciencialização dos saberes que adquiriram e aprofundaram ao longo da vida desencadeia, simultaneamente, o aumento da auto-confiança dos adultos, os quais revelaram sentirem-se mais capazes de enfrentarem novos desafios na sua vida, considerando a hipótese de concretização de outros projectos, quer no domínio pessoal, profissional e formativo. Uma consequência natural é o aumento da auto-estima dos adultos, ao tomarem consciência do conjunto de saberes que adquiriram ao longo da vida. Este aspecto provoca um melhor bem-estar das pessoas consigo próprias, sentindo-se estimuladas a fazer novas conquistas e a proporem-se a novos desafios, ou seja, a irem mais além” (Costa, J. 2005:243).

É da mais elementar justiça social reconhecer e atribuir um grau escolar a pessoas que contra a vontade própria, mas em muitos casos por dificuldades económicas, não tiveram hipótese de adquirir um nível de escolaridade consonante com as suas capacidades, mas que, durante o seu percurso de vida profissional e pessoal, se conseguiram afirmar, adquirindo competências nas mais diversas áreas, mostrando que, apesar da ausência de habilitações escolares, tal facto não foi impeditivo de se afirmarem profissionalmente. Apesar disso, é primordial fornecer a estas pessoas um nível escolar que lhes possa possibilitar em determinados casos frequentar patamares mais elevados de estudo, tornando-os mais competentes e confiantes para enfrentar o futuro, colocando-os em igualdade de oportunidades com outros cidadãos para os quais as circunstâncias de vida não foram

eventualmente tão adversas, conferindo-lhes uma oportunidade que noutra momento da sua vida não possuíram. Concordamos integralmente com Costa (2011:22), quando esta autora refere o seguinte:

“consideramos urgente que as entidades públicas e privadas, promotoras de “cenários” de aprendizagem, assim como as empresas, órgãos locais e regionais, através de acções concertadas e do estabelecimento de parcerias, promovam uma estratégia de aprendizagem ao longo da vida em que as actividades de educação sejam intemporais, formais, não formais e informais.”

Existe atualmente a possibilidade de se repor alguma justiça social, aquelas classes mais desfavorecidas da nossa sociedade, cumprindo-se o princípio da igualdade que deve sempre nortear as ações de quem está na governação e detém responsabilidades nesta matéria. Relativamente a esta temática, Kallen (1996, citado por Costa, 2011:12) refere o seguinte: “ (...) a ideia de que a vida e a aprendizagem avançam ou deviam avançar a par e passo, remonta aos primeiros textos conhecidos que orientam a humanidade”..

Analisando os conteúdos anteriores, consideramos que uma perspectiva correta de educação não deverá estar circunscrita ao período escolar. Contudo, é fundamental conceder relevância à formação de base. Como tal, este período educativo deverá segundo Delors, citado por Galhardas (2012) p.12, “ (...) fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”.

No que diz respeito à iniciativa Novas Oportunidades, em comunicado divulgado no dia 28 de dezembro de 2012, na página da Internet da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional), o Governo divulgou que os novos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) deveriam iniciar funções em abril do presente ano, depois de o diploma legal que estabelece e regula a sua criação ser "submetido a apreciação pública e audição dos parceiros sociais durante o mês de janeiro". A nova rede de CQEP vem substituir os Centros Novas Oportunidades (CNO) ainda em funcionamento, apesar do prazo de encerramento ter sido inicialmente estipulado para o final de 2012, tendo posteriormente havido autorização para se manterem até 31 de março de 2013. No entanto, ainda existem CNO em atividade. Ainda segundo o atual governo, caberá aos novos CQEP

dar continuidade à promoção de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), agora com "*mecanismos mais rigorosos e exigentes*" definidos na lei, assim como orientar jovens e adultos relativamente a ofertas escolares e profissionais. É de referir, ainda neste ponto, que verificaram-se atualmente algumas alterações relativamente aos organismos que tutelam estes processos. Assim, segundo o Decreto-Lei n.º 36/2012, a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), sucede nas atribuições, direitos e obrigações à ANQ (Agência Nacional para a Qualificação). Este organismo está sob a tutela conjunta dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência, em articulação com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, em conformidade com a missão e atribuições que lhe são cometidas pela Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência. A ANQEP tem por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências, visando, assim, melhorar a relevância e a qualidade da educação e da formação profissional, contribuindo para a competitividade nacional e para o aumento da empregabilidade.

Relativamente aos processos de reconhecimento dos adquiridos experienciais, os centros de RVCC assumiram no contexto português uma importância tremenda, já que possibilitaram a muitos milhares de portugueses encontrar caminhos alternativos e, fundamentalmente, valorizar percursos de vida meritórios a pessoas que pelos mais diversos motivos, não tiveram a possibilidade de adquirir escolaridade e que em muitos casos eram nos seus locais de trabalho injustiçados ou pouco reconhecidos por esse motivo. A obtenção de um grau escolar, motiva quem o consegue alcançar e abre novos horizontes a essas pessoas, fazendo-os acreditar que têm potencialidades para chegar mais além e atingirem patamares ao nível pessoal e profissional, que antes lhe eram negados. Neste âmbito, Cavaco (2002, citado por Costa, 2011:12) refere o seguinte:

“ em virtude das alterações económicas e sociais das sociedades modernas os adultos tornam-se um grupo prioritário em termos de intervenção educativa. A capacidade de aprender através da experiência reveste-se de uma importância capital, surgindo assim a valorização das modalidades educativas não formal e informal, como complementares da educação formal”.

A tomada de decisão por parte de um indivíduo de encetar uma nova etapa da sua vida, proporcionada pela entrada num centro de RVCC, *“de facto aquilo que este deseja é poder alterar o seu próprio futuro. O impulso para a decisão de iniciar uma caminhada de RVCC vem do tempo que se há-de viver e não do tempo que já se viveu”*. (Nico, B. 2006:2). A propósito desta temática, o mesmo autor salienta ainda a autêntica revolução que o RVCC promoveu na sociedade contemporânea, através dos processos de certificação, enviando para a comunidade profissionais com mais competências para enfrentarem os desafios que se lhe deparam, com níveis de confiança e autoestima substancialmente mais elevados, com uma habilitação que não possuíam antes de lá entrarem. Os centros de RVCC promoveram

“ autênticas metamorfoses pessoais, com importantes ecos ao nível familiar, profissional e comunitário, apresentam a extraordinária capacidade de reinterpretar o passado e reconstruir os projectos de futuro, num movimento pessoal que altera profundamente o presente de cada indivíduo que participa nestes processos”.(Nico, B. 2006:1)

Tendo os centros de RVCC desempenhado um papel importantíssimo na valorização de percursos de vida e atribuído a muitas pessoas um grau escolar resultante da aquisição dos adquiridos experienciais, torna-se fundamental que também a escola reconheça a importância desses factos, valorizando esses conhecimentos e atribuindo relevância aos ensinamentos que a vida em sociedade proporciona aos seus membros, sendo neste contexto, de fulcral proeminência as instituições que estão enraizadas na comunidade e pelas quais passam parte significativa dos habitantes de uma determinada região, contribuindo estas em muitos casos, para a sua formação pessoal.

1.5. Comunidade Educativa

Relativamente à questão da comunidade educativa, Delors (1996, citado por Branco, 2007:262), refere-se a importância de “*abrir as instituições educativas à sociedade, introduzindo factores de dinamismo na sua gestão, mediante a associação dos diferentes intervenientes sociais à tomada de decisões*”. Esta autora refere que é fundamental a escola promover uma relação de envolvimento com a comunidade, numa lógica de descentralização. A escola deverá estabelecer relações com a comunidade e mais propriamente com as suas organizações, envolvendo-as nos seus projetos e estabelecendo com elas parcerias, perspectivando uma melhor formação para os seus alunos, atraindo para a escola os vários protagonistas do processo educativo, levando-os a participar ativamente nas decisões a tomar. A autora refere que:

“ o conceito de comunidade educativa refere-se precisamente, à consagração desta participação, a fim de que os vários elementos implicados no processo educativo assumam as suas responsabilidades perante a escola e a educação em geral, como tal, é importante abrir os estabelecimentos de ensino aos contextos externos e à inserção da escola nas realidades sociais envolventes. Actualmente a escola não pode mais ser entendida como uma organização social isolada, que se legitima e justifica internamente” (Branco, M. 2007:263).

A escola tem de ser encarada como uma organização social que se insere numa determinada comunidade em que é importante o estreitamento de laços com as instituições. Refere-se, que é imprescindível a escola da atualidade deixar de estar isolada, fechada em si própria e se caracterize por ter uma perspectiva de abertura ao que a rodeia, esbatendo as suas fronteiras com a comunidade local, promovendo a interação e procurando atingir objetivos territoriais comuns.

Abordando a questão da escola entendida como comunidade educativa, Formosinho *et. al.* (1999) referem que este paradigma se deve contrapor a um modelo de escola como “*mero serviço periférico da administração centralizada do estado*” (p. 9). É referido na obra, a importância da comunidade e dos movimentos cívicos como sustentáculo do paradigma de escola-comunidade educativa. A questão da territorialidade da ação educativa é também citada pelos autores, havendo a necessidade de valorizar e trazer para a escola os pontos fortes

das comunidades educativas. A competição entre escolas, promovida pelos órgãos de educação superiores, também não traz nada de bom para aquelas que estão situadas em regiões mais desfavorecidas, originando um maior enfraquecimento e acentuando as lacunas existentes. Estes autores referem ainda o seguinte:

“ só a edificação de cada escola como comunidade educativa – isto é, como espaço de debate e construção comunicativa dos sentidos para a acção – possibilita a sustentação, nos planos político (isto é, do projecto), organizacional e pedagógico, de uma prática educativa adequada aos alunos concretos e centrada no desenvolvimento das suas plenas capacidades como seres humanos e como cidadãos” (p. 10).

Para acentuar a necessidade de haver uma forte ligação entre a escola e a comunidade educativa, os mesmos autores defendem que o protagonismo e a influência comunitária deverão ser aumentados, devendo haver uma forte intervenção e participação nas decisões fundamentais da escola. Em tom crítico, Formosinho *et.al.* (1999) referem que *“quem pode inovar está, na lógica do sistema, distante dos problemas que quer resolver e quem está em contacto directo com esses problemas, a nível local, não pode geralmente inovar”* (p. 20). Este facto decorre, porque grande parte das decisões são tomadas a nível central, como tal, existem muitas matérias em que a escola não pode decidir, sendo a tua badalada autonomia ainda muito relativa.

A propósito da importância das comunidades educativas, Nóvoa (1992) refere que *“a modernização do sistema educativo passa pela sua descentralização e por um investimento das escolas como lugares de formação, na aceção forte do termo. As escolas têm de adquirir uma grande mobilidade e flexibilidade, incompatível com a inércia burocrática e administrativa que as tem caracterizado”* (p. 16). O autor defende que a decisão deve estar no poder de quem está no terreno, próximo das instituições e de quem conhece a sua realidade e os seus problemas. A este propósito, Nóvoa (1992) entende que *“a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto de actores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projecto comum”* (p. 35). Este autor defende que num paradigma de escola com estas características, os professores têm de alterar os seus métodos para poderem corresponder totalmente às exigências que lhes são apresentadas. O professor tem de ser multifacetado e um agente ativo de mudança, tendo que

adquirir processos novos dentro da sua profissão e assumir dentro da instituição-escola papéis diversificados, contribuindo ativamente para se ter “mais” e melhor escola. Também os órgãos governativos deverão assumir totalmente as suas responsabilidades neste processo, transferindo realmente para a escola, a tão propagandeada autonomia. Relativamente a estas questões, Nóvoa (1992) enuncia ainda que *“a afirmação da territorialidade pode ajudar os professores a exercerem um maior controlo sobre a sua profissão, em sintonia com uma política de melhoria do funcionamento das escolas”*. (p. 36).

A questão das comunidades educativas é algo também abordada por Savater (2006). Este autor espanhol refere a problemática da transmissão de conhecimento dos mais velhos para os mais novos e a sua importância para os novos membros assimilarem conteúdos e valores característicos da sua comunidade. O escritor citado refere que *“ser humano consiste na vocação de compartilharmos aquilo que conjuntamente sabemos, ensinando os recém-chegados ao grupo aquilo que deverão conhecer para se tornarem socialmente válidos”* (p. 34). Numa sociedade cada vez mais globalizada e mais competitiva, os ensinamentos e as aprendizagens que os jovens adquirem, é que lhes vão possibilitar ultrapassar as dificuldades e obstáculos, que irão surgir naturalmente no seu caminho. A pertinência destas questões é reforçada pelo autor, afirmando que *“os grupos com maior índice de sobrevivência foram sempre os mais capazes de educar e preparar bem os seus membros jovens (...) do mesmo modo, a selecção evolutiva deverá ter recompensado as comunidades em que se entabulavam melhores relações entre os velhos e os jovens, relações mais afectuosas e comunicativas”* (p. 35). As aprendizagens efetuadas dentro da comunidade e a partilha de saberes é fundamental para o autor, talvez ainda mais relevante para a formação da personalidade, do que os ensinamentos formais. Como tal, é referido que *“o facto de aprendermos com os nossos semelhantes é mais importante para o estabelecimento da nossa humanidade que qualquer dos conhecimentos concretos que assim se perpetuam ou transmitem”* (p. 38).

1.6. Carta Educativa

A Carta Educativa é uma ferramenta que perspectiva a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura numa determinada área territorial, promovendo o desenvolvimento de competências educativas essenciais e a excelência, ambicionando a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A elaboração de uma carta educativa traduz-se na produção de um instrumento de inegável valor para a melhoria da qualidade do ensino em qualquer município que ambicione formar integral e transversalmente os seus cidadãos. Tanto assim é, que o Estado delegou e transmitiu poderes e responsabilidades para as autarquias e para as escolas, para que estas as assumam, criando, assim, a Carta Educativa, através do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que indica o seguinte:

“a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

É ainda referido no normativo, que a *“carta educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, de acordo com as competências do Ministério da Educação e dos municípios”*.

O diploma acrescenta ainda nos seus objetivos (artigo 11º), nos pontos 1 a 5, o seguinte:

“1 - A Carta Educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma a que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar;

2 - A Carta Educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de

descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas;

3 - A Carta Educativa deve promover o desenvolvimento do processo de Agrupamento de Escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;

4 - A Carta Educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;

5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

Esta perspectiva descentralizada, que se abriu com a publicação deste normativo veio transmitir mais poder às forças locais para definirem o que querem, em matéria educativa para o seu município, conferindo-lhes igualmente mais responsabilidades, ao nível da gestão de todo este processo. Sobre esta temática, Romão (2008), refere o seguinte:

“a Carta Educativa, constitui-se, assim, como um documento complementar ao Plano Director Municipal, sendo um instrumento orientador dos municípios nas suas decisões em matéria educativa e o concretizar duma política de descentralização. Esta descentralização vem trazer vantagens no domínio da eficiência dos serviços prestados pela administração pública e responder a um conjunto de situações e problemas de ordem local, permitindo que os serviços se adequem às suas necessidades, tomando decisões em questões próprias e específicas das suas realidades escolares” (p. 51).

No entanto, esta é uma oportunidade a aproveitar, visto permitir a tomada de decisões a nível local, ao invés do que acontecia até este momento, em que tudo era deliberado a nível central. O autor citado anteriormente refere ainda que

“ a Carta Educativa passa a ser entendida como o principal instrumento de apoio à decisão por parte de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos da educação e formação num determinado território ”. (p. 51)

A perspetiva das escolas e dos municípios terem mais autonomia para efetuarem as suas escolhas, possibilita que a decisão seja certamente mais célere e mais ajustada às necessidades evidenciadas. Esta tomada de decisão ao nível local, possibilita a hipótese de se definirem estratégias para se atingirem os objetivos pretendidos, havendo a hipótese de se trilharem outros caminhos e de se mudar de rumo, quando as resoluções inicialmente tomadas se revelarem incorretas.

Observa-se ainda, atualmente, que muitas escolas se encontram fechadas à comunidade envolvente. A elaboração da carta educativa permite classificar dentro da comunidade as entidades educadoras que no seu seio existem, oferecendo à escola e a estas instituições, a possibilidade de se constituírem como parceiros educativos, trabalhando em conjunto na aquisição de conhecimento e de aprendizagens curriculares por parte dos alunos. Com o objetivo de fornecer aos seus alunos uma aprendizagem transversal, a escola necessita da colaboração destas instituições, que possuem e transmitem a cultura de uma determinada região. Não são apenas os conhecimentos curriculares que são importantes para educar as crianças e jovens, também os conteúdos relativos à cultura da sua região são fundamentais para o seu processo de formação. Nada existe de mais precioso para o ser humano que a sua cultura. Muitas coisas se alteram ao longo da nossa vida, mas as nossas tradições, os nossos hábitos e costumes permanecem e são transmitidos de geração em geração, sendo de fulcral importância que esses conhecimentos não se percam, desempenhando a escola neste processo, um papel de relevo, do qual não se pode dissociar.

Capítulo 2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO DE ALJUSTREL

2.1- Caracterização Geográfica

O Concelho de Aljustrel situa-se na Região Alentejo, sub-região do Baixo Alentejo, sendo constituído atualmente por 5 freguesias, havendo a intenção de agregar as freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos, o que a concretizar-se leva a que passem a 4. Apresenta confrontações a norte com o concelho de Ferreira do Alentejo, a este com Beja, a sul com Ourique e Castro Verde e a oeste com Santiago do Cacém.

Figura 1 - Mapa de freguesias do concelho de Aljustrel



QUADRO 1 - Distâncias entre Aljustrel e outras localidades do país

LOCAIS	DISTÂNCIA
Lisboa	164 km
Beja	36 km
Évora	125 km
Setúbal	108 km
Sines	75 km
Faro	131 km
Madrid	614 km
Sevilha	314 km

Fonte: Site Via Michelin, em www.viamichelin.com

Aljustrel encontra-se a 36 Km do aeroporto de Beja . As principais ligações rodoviárias são feitas através da EN2, EN18 e EN263 e do novo reforço rodoviário – Auto-Estrada do Sul (A2), com um “nó de saída” a 5 km da sede de concelho. Esta via contribuiu para que Aljustrel ficasse mais perto dos grandes centros urbanos, reduzindo assim o isolamento que é próprio das vilas do interior.

QUADRO 2 – Área das Freguesias do Concelho de Aljustrel

FREGUESIAS	ÁREA (KM²)
Aljustrel	190,5
Ervidel	39
Messejana	114
São João de Negrilhos	78
Rio de Moinhos	38
TOTAL DO CONCELHO	460

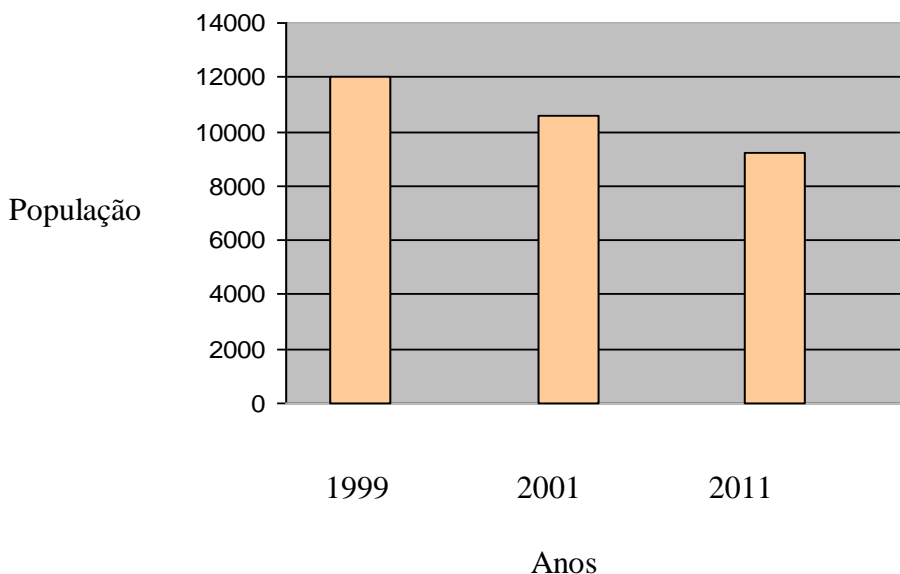
Fonte: Censos 2011

Como se observa no Quadro 2, a área total do concelho é de 460 KM², sendo Aljustrel, a freguesia sede de concelho a que possui maior área (190,5 KM²), seguida por Messejana com 114 KM². As restantes freguesias possuem uma superfície mais reduzida comparativamente com as acima citadas.

2. 2 - Caracterização Demográfica

Como se constata no Gráfico 1, a população residente no Concelho de Aljustrel desceu de aproximadamente 12.000 habitantes, em 1999, para 10.567 habitantes, em 2001 (INE, 2001). Segundo os dados preliminares dos Censos 2011 (INE, 2012) manteve-se a tendência de descida, cifrando-se atualmente a população do concelho nos 9.234 habitantes. Em suma, de acordo com os dados censitários, entre 2001 e 2011, o Concelho perdeu 12,6% da sua população residente, o que num período de apenas dez anos é um valor muito substancial e que deve ser alvo de análise pela comunidade local, devendo este facto ser devidamente estudado, de forma a tentar-se no futuro contrariar esta tendência migratória e emigratória.

GRÁFICO 1 – Evolução Demográfica (1999-2011)



Fonte: INE, 1999, 2001 e 2011

O Concelho de Aljustrel, à imagem da região Alentejo, vem, desde há algumas décadas, a conhecer um processo de despovoamento acentuado. O Quadro 3 representa a densidade populacional do território em 2001 e 2011.

QUADRO 3 – Densidade Populacional

FREGUESIAS	ÁREA (KM ²)	DENSIDADE POPULACIONAL			
		2001		2011	
		HABITANTES	HABIT/KM ²	HABITANTES	HABIT/KM ²
Aljustrel	190,5	5 559	29,2	5 127	26,9
Ervidel	39	1 309	33,6	1 005	25,8
Messejana	114	1 112	9,8	894	7,8
São João de Negrilhos	78	1 723	22,1	1 468	18,8
Rio de Moinhos	38	864	22,7	740	19,5
TOTAL DO CONCELHO	460	10 567	23,48	9 234	19,76

Fonte: (INE, 2002 e 2012)

QUADRO 4 – Distribuição da população residente do concelho e das freguesias por classes etárias

ALJUSTREL	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 ou mais anos
	H.M.	H.M.	H.M.	H.M.	H.M.
CONCELHO	9257	1063	897	4927	2370
Aljustrel	5137	665	521	2871	1080
Ervidel	1005	91	84	471	359
Messejana	892	77	77	448	290
São João de Negrilhos	1482	146	144	746	446
Rio de Moinhos	741	84	71	391	195

Fonte: INE (2012)

A freguesia mais populosa, a seguir à sede de concelho, é a de São João dos Negrilhos, que, com 1.468 habitantes, em 2011, representa 15,9% da população concelhia. Esta freguesia apresenta, no entanto, uma perda demográfica de 16,2% no período temporal compreendido entre 2001 e 2011, apenas suplantada por Ervidel com 18,1%. As restantes três freguesias do concelho tiveram perdas demográficas menores. Estes valores evidenciam o envelhecimento da população do Concelho de Aljustrel, onde o número de residentes com idade superior a 65 anos – 2370 – é bastante superior ao somatório da população pertencente aos dois escalões mais jovens (0 a 14 e 15 a 24 anos), já que estas categorias abrangem 1960 pessoas. Ao nível do concelho, apenas a freguesia de Aljustrel contraria esta tendência, sendo de destacar pela negativa a freguesia de Ervidel, em que os residentes do último escalão etário dobram e ultrapassam a população dos dois primeiros escalões, devendo estes dados ser alvo de análise e reflexão.

QUADRO 5 – Taxa de Natalidade, Mortalidade e Nupcialidade em Portugal, no Baixo Alentejo e no Concelho de Aljustrel

Indicadores Demográficos	Portugal	Baixo Alentejo	Aljustrel
Taxa de natalidade	9,5 %	8,7 %	9,3 %
Taxa de mortalidade	10,0 %	16,6 %	16,2 %
Taxa de Nupcialidade	3,8 %	3,1%	3,9 %

Fonte: INE (2012)

Em termos de taxa de natalidade, o Concelho de Aljustrel apresenta valores superiores aos verificados no Baixo Alentejo e muito aproximados à média nacional, o que não pode deixar de ser considerado um dado positivo. A taxa de mortalidade apresenta no concelho de Aljustrel, valores claramente superiores à média nacional e ligeiramente inferiores se comparados com os dados da região Baixo Alentejo. A taxa de nupcialidade no concelho apresenta valores bastante favoráveis, já que são ligeiramente superiores à média nacional e igualmente mais elevados que os valores obtidos no Baixo Alentejo.

QUADRO 6 – Eleitores Recenseados no Concelho de Aljustrel

ELEITORES RECENSEADOS NO CONCELHO DE ALJUSTREL	TOTAL
CONCELHO	8910
Aljustrel	4767
Ervidel	1023
Messejana	887
São João de Negrilhos	1529
Rio de Moinhos	704

Fonte: Diário da República – 2.ª Série – N.º 44 – 1 de Março de 2012

<http://www.oi.acidi.gov.pt/>

O concelho possui atualmente 8910 cidadãos recenseados, encontrando-se mais de metade inscritos na freguesia de Aljustrel. A seguir a Aljustrel, é a freguesia de São João de Negrilhos, que contém o maior número de eleitores recenseados, divididos pelos três aglomerados populacionais, nomeadamente: Montes Velhos, Aldeia Nova e Jungeiros.

2.3 - Caracterização Económica

As principais atividades económicas do concelho são a agricultura, a indústria mineira, o comércio e os serviços públicos. Nos últimos anos, a agricultura teve um forte incentivo devido ao recente alargamento das áreas de regadio no nosso concelho de 5 mil hectares para 25 mil hectares, proporcionado pela ligação da Barragem do Roxo à Albufeira do Alqueva e a construção de novos canais de rega, factos que possibilitaram aumentar consideravelmente as potencialidades agrícolas do concelho, permitindo a diversificação da produção agrícola e um conseqüente aumento da competitividade. Também a laboração mineira teve um forte incremento no concelho devido à reabertura das minas e início do processo de extração, facto que permitiu criar aproximadamente 400 postos de trabalho, algo extremamente importante para a economia local.

QUADRO 7 – Empresas por número de pessoas ao serviço

EMPRESAS POR NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO				
Total	Menos de 10 pessoas	10 - 49 pessoas	50 - 249 pessoas	250 e mais pessoas
732	724	6	2	0

Fonte: INE (2012) Sistema de Contas Integradas das Empresas

Como se constata no quadro 7, a quase totalidade das empresas possuem menos de 10 trabalhadores, podendo afirmar-se com toda a legitimidade que predominam no concelho as microempresas (724, num total de 732), já que são apenas 8 as pequenas e médias empresas.

2.4 - Caracterização Social

QUADRO 8 – Instituições de Solidariedade Social e serviços prestados à comunidade

INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	SERVIÇOS PRESTADOS					
	LAR	CENTRO DE DIA	APOIO DOMICILIÁRIO	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	ATL
Associação de Solidariedade Social de São João de Negrilhos	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Ervidel	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
COCARIA – Associação de Solidariedade Social de Rio de Moinhos	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Misericórdia Nossa Senhora de Assunção de Messejana	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Engenho e Arte (CAPI)	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel, 2012

Constata-se, no Quadro 8, uma razoável oferta social ao nível concelhio, já que, à exceção da freguesia de Rio de Moinhos, todas as outras oferecem serviço de Lar aos seus idosos. Esta situação não é grave, já que Rio de Moinhos encontra-se a apenas a 5 km de

Aljustrel e a 7 km de Messejana, encontrando os idosos acolhimento nas instituições dessas localidades. No que concerne ao serviço de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, estas valências prestam apoio aos idosos em todas as freguesias, permitindo que os idosos mais independentes permaneçam nas suas habitações.

Relativamente aos serviços direcionados às crianças, apenas existe creche em Aljustrel e Messejana, o que constitui uma oferta reduzida para as necessidades, sendo esta lacuna colmatada com algumas amas que acolhem algumas crianças. A educação de infância apenas é assegurada pela Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel, para além das escolas públicas que oferecem este grau de ensino. O serviço de ATL existe em todas as freguesias do concelho, à exceção de Ervidel, onde estas atividades não são disponibilizadas à população.

2.5 - Caracterização Cultural

O concelho de Aljustrel apresenta uma cultura muito própria, à qual está sempre a mina. Na página da internet do município encontra-se a seguinte informação, relativa a este concelho:

“A vastidão dos seus campos e a planície a perder de vista caracterizam este concelho, cuja sede é considerada uma das mais antigas povoações de Portugal. Duas colinas, um vale, casario em socacos, paisagem a perder de vista e um passado milenar. É Aljustrel, do alto da Senhora do Castelo. Estamos em pleno Baixo Alentejo e o forasteiro que aqui se desloca, olha à sua volta e deslumbra-se com a imensidão dos campos, o oceano das paisagens, a planície a perder de vista. A história desta vila está fortemente ligada às suas minas. Apesar da presença humana remontar ao III milénio A.C., é sobretudo durante o período da dominação romana (I séc. d.C.) que a sua ocupação se desenvolveu fortemente devido à exploração dos seus recursos mineiros (cobre, prata, ouro). A mina constitui um importante património económico e cultural e faz de Aljustrel uma terra com características específicas no quadro do Alentejo. Nos últimos dois séculos, a rudeza da atividade de extração mineira envolveu completamente toda esta região, moldando-lhe os hábitos e as tradições, ditando-lhe a maior ou menor grandeza do ganha-pão, o bulício do dia-a-dia. Conhecida desde tempos imemoriais pelas suas jazidas minerais, não há certezas quanto à

época em que estas terão começado a ser sistematicamente exploradas. Contudo, as diversas ocupações aqui existentes, desde a Idade do Cobre, apontam para que a exploração tenha começado, de forma incipiente, 3 000 anos antes de Cristo. É com a ocupação romana entre os sécs. I e IV d.C. que se inicia a exploração em larga escala do minério, que era fundido no local e posteriormente transportado para Roma. Deste período, existem numerosos vestígios, nomeadamente poços de mina no “Chapéu de Ferro” de Algares e diversos escoriais entre Algares e a ribeira de Feitais, onde foram encontradas duas placas de bronze, que contêm as normas que regiam aquele Couto Mineiro, então designado por Vicus Vipascensis. Após a ocupação romana, estas minas deixaram de ser exploradas intensivamente, tendo sido retomada a atividade mineira em larga escala em 1849.

Até aos nossos dias, passou por sucessivos altos e baixos, representando as décadas de 60/70 do séc. XX o último grande pico da atividade mineira do concelho. Embora temporariamente desativada entre 1993 e 2005, a mina voltou a iniciar a sua produção recentemente, constituindo-se, a par da agricultura de regadio potenciada pelo perímetro de rega do Roxo, recentemente alargado por via da ligação entre a Albufeira do Roxo e a de Alqueva, como um importante património económico e cultural desta região.

Aljustrel, antiga cidade romana de Vipasca, denominada Albasturil pelos árabes aos quais foi conquistada em 1234, no reinado de D. Sancho II, por D. Paio Peres Correia e os cavaleiros da Ordem de Santiago de Espada. Como recompensa, o monarca fez-lhes doação desta praça e de uma vastíssima área, a qual viria a ser confirmada por D. Afonso III. Teve o primeiro foral, em 16 de Janeiro de 1252, outorgado pela Ordem de Santiago então donatária deste território. Posteriormente, D. Manuel I concedeu Foral Novo a esta vila em 20 de Setembro de 1510.”

Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel (2011)

QUADRO 9 – Equipamentos Culturais do Concelho

Freguesia	Tipos de Equipamentos		Quantidade
Aljustrel	Equipamentos Culturais	Biblioteca Municipal	1
		Cine-Teatro	1
		Museu Municipal de Arqueologia	1
		Auditório da Biblioteca Municipal	1
		Anfiteatro	1
		Sala de Exposições	2
Ervidel		Núcleo Rural do Museu Municipal de Arqueologia	1
Messejana		Museu Etnográfico	1

Fonte: Câmara Municipal de Aljustrel (2011)

2.6 - Caracterização Escolar

QUADRO 10 – Escolas do Concelho de Aljustrel

Designação	Localidade
Escola Básica Dr. Manuel Brito Camacho (EB2,3) - Sede do Agrupamento Vertical de Escolas de Aljustrel	Aljustrel
Escola Básica da Avenida (EB1/JI)	Aljustrel
Escola Básica de Campo Esperança (EB1/JI)	Aljustrel
Escola Básica de Eucaliptos (EB1/JI)	Aljustrel
Jardim-de-infância “A Borboleta”	Aljustrel
Escola Básica de Corte Vicente Anes	Corte Vicente Anes
EPEI de Corte Vicente Anes (EPEI)	Corte Vicente Anes
Escola Básica de Ervidel (EB1/JI)	Ervidel
Escola Básica de Messejana (EB1)	Messejana
Jardim-de-infância de Messejana (Engenho e Arte)	Messejana
Escola Básica de Montes Velhos (EB1/JI)	Montes Velhos
Escola Básica de Rio de Moinhos (EB1/JI)	Rio de Moinhos
Escola Secundária de Aljustrel (ES/3)	Aljustrel

Fonte: Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljustrel e Câmara Municipal de Aljustrel, 2012

Observa-se, no quadro 10, a existência de oferta educativa nos maiores aglomerados populacionais do concelho, já que apenas a Aldeia dos Elvas, na freguesia de Messejana, e o Carregueiro, na freguesia de Aljustrel, não possuem nenhum espaço destinado ao ensino. Relativamente ao ano letivo de 2012-2013, perspetivam-se algumas alterações em relação ao panorama que existia no passado, observando-se a recente agregação do Agrupamento Vertical de Escolas do Concelho de Aljustrel com a Escola Secundária de Aljustrel, constituindo o Agrupamento de Escolas de Aljustrel. No ano letivo de 2013-2014, está prevista a abertura do Centro Escolar Vipasca, onde se vai lecionar o ensino pré-escolar e o 1º ciclo, o que vai originar o encerramento das três escolas básicas situadas na sede de concelho.

No dia 6 de Outubro de 2011, começaram a ser lecionadas as aulas da Universidade Sénior do Concelho de Aljustrel (USA). Estas aulas, dirigidas a indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos, proporcionam atividades que fomentam uma participação mais ativa na sociedade, uma maior qualidade de vida e bem-estar físico e mental à população sénior do concelho. Segundo informação disponibilizada pela autarquia, a USA tem por finalidade promover o ensino não formal, através da atualização de conhecimentos sobre diferentes matérias, num contexto de formação ao longo da vida, bem como, organizar atividades complementares de carácter cultural, recreativo e de convívio, fomentando ainda o envelhecimento saudável e a qualidade de vida dos mais idosos. Na USA, são lecionadas as disciplinas de História Local e Património; Língua Portuguesa; Inglês; Cidadania; Informática; Artes Plásticas/Pintura; Atividade Física: Hidroginástica; Música; Teatro; Psicologia e Saúde.

Ainda neste âmbito, é importante fazer referência à ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, com sede em Messejana, Concelho de Aljustrel, que foi constituída em Fevereiro de 1989 como Cooperativa de Serviços sem fins lucrativos, assumindo-se atualmente (desde 2005) como Cooperativa de Solidariedade Social. Segundo informações disponibilizadas pela ESDIME, esta agência conta neste momento com aproximadamente 20 trabalhadores. Este conjunto de colaboradores tem formação nas áreas de sociologia, psicologia, gestão, economia, investigação social aplicada, engenharia agroflorestal e da docência. Habitualmente, a instituição recorre a assessorias de técnicos especializados e conta quase permanentemente com a presença de estagiários. Esta importante entidade promove constantemente projetos em parceria com empresas, escolas, autarquias e instituições, visando entre outros, os seguintes objetivos:

- Apoiar e potenciar o desenvolvimento integrado e participado do Alentejo Sudoeste, integrando os vetores económico, social e cultural;
- Diagnosticar, estudar e conhecer as realidades da sub-região para, em cooperação com entidades da sub-região, traçar uma estratégia adequada às suas necessidades e oportunidades de desenvolvimento;
- Promover o desenvolvimento social e a cidadania;
- Valorizar os pontos fortes da zona de intervenção;
- Minimizar os pontos fracos;
- Reforçar a qualificação dos recursos humanos.

É ainda de salientar o facto de esta agência ter sido uma das instituições pioneiras na implementação da modalidade de RVCC a nível nacional, tendo, ao longo dos anos, o respetivo centro certificado mais de um milhar de alunos.

QUADRO 11 – Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular e a taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular em Portugal, no Baixo Alentejo e no Concelho de Aljustrel

Designação	Portugal	Baixo Alentejo	Aljustrel
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular	7,9 %	8,9 %	10,7%
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular	79,0 %	79,4 %	75,6 %

Fonte: INE (2011)

Analisando os dados do quadro 11, constata-se que a taxa de retenção e desistência no ensino básico regular é 1,8 % mais elevada no concelho de Aljustrel, comparativamente aos valores obtidos na região Alentejo. Ao compararmos os valores do nosso concelho com os indicadores nacionais, obtemos um diferencial negativo ainda mais elevado, cifrando-se nos 2,8 %. Relativamente à taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular, é 3,8% mais baixa no concelho, quando comparada com os dados referentes ao Baixo Alentejo. Na análise ao Quadro 11, pode-se ainda concluir que, neste último, parâmetro os valores são mais elevados na região do que a média nacional.

Em suma, era importante perceber quais os fatores que originam os 10,7% de alunos que ficam retidos e desistem de frequentar o ensino básico regular, bem como as causas que impedem que 24,4% dos alunos que frequentam o ensino secundário regular o consigam concluir.

Capítulo 3 - PERCURSO METODOLÓGICO

3.1. O Desenho da Investigação

O estudo em questão consistiu na elaboração de uma cartografia educacional do concelho de Aljustrel, para fornecer um contributo válido para o enriquecimento educativo local. É importante explicitar os passos que se seguiram a esta intenção inicial, para enquadrar todas as fases que foram percorridas, bem como a justificação das decisões que foram posteriormente tomadas.

A partir do momento em que nos propomos efetuar um trabalho desta magnitude, o que pensamos antes de tudo o mais é como o devemos iniciar e onde queremos chegar. Os primeiros passos são importantes, já que se forem firmes e decididos podem impulsionar muito favoravelmente a investigação. Como referem Quivy & Campenhoudt (1998) “*O primeiro problema que se põe ao investigador é muito simplesmente o de saber como começar bem o seu trabalho. De facto, não é fácil conseguir traduzir o que vulgarmente se apresenta como um foco de interesse ou uma preocupação relativamente vaga num projecto de investigação operacional*”(p. 6).

Assim, numa primeira parte da investigação, fizemos a inventariação das instituições existentes e em funcionamento no concelho e que pudessem ser classificadas como transmissoras de conhecimentos não formais, ou seja, delimitámos o nosso objeto de estudo. De seguida, em articulação com as juntas de freguesia, definiu-se a amostra, selecionando-se as organizações mais relevantes para o desenvolvimento do estudo em questão, optando-se por estudar aquelas que apresentavam mais atividade. Para concretizar esta fase do nosso trabalho, aplicou-se às instituições selecionadas um instrumento de recolha de dados, já utilizado pela Universidade de Évora (Questionário das Aprendizagens Individuais (QAI) I e II) que adaptamos ao nosso estudo e que foi posteriormente aprovado através do processo de validação por um painel de especialistas, que se pronunciaram favoravelmente em relação à utilização do questionário. Antes de aplicarmos este instrumento às instituições que constituíram a amostra deste trabalho, procedemos ainda a

uma aplicação prévia desta ferramenta, de forma a podermos comprovar a adequação do questionário e também para nos familiarizarmos com esse meio de recolha de dados.

Após esta, fase procedeu-se à inserção dos dados num programa estatístico (SPSS) adequado ao seu tratamento, obtendo-se com este procedimento um conjunto de informações para posteriormente serem analisadas, de cariz essencialmente quantitativo mas também qualitativo. Realizámos, assim, um estudo de tipo misto, como refere Calhau (2006), uma vez que *“optámos por uma metodologia integrada em que as abordagens qualitativas e quantitativas se apresentam como complementares uma da outra”* (citado por Romão, 2008:159). Ainda a propósito desta questão, Bell (2004), comparando os procedimentos quantitativos e qualitativos, afirma que:

“os investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles. Realizam medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzem a conclusões quantificadas e, se possível, generalizáveis. Os investigadores que adoptam uma perspectiva qualitativa estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Procuram compreensão em vez de análise estatística. (...) Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas, e vice-versa. (Citado por Barroso, M, 2010:48)

No quadro seguinte, enunciamos a dimensão, instrumentos e técnicas da investigação utilizadas na conceção deste trabalho:

Quadro 12 – Dimensão, instrumentos e técnicas da investigação

Dimensão	Qualitativa	Quantitativa
Instrumentos	Análise documental Observação	Questionários das Aprendizagens QAI (I e II)
Técnicas	Análise de conteúdo	SPSS

Fonte: Adaptado de Romão (2008:159)

3.2. Estudo Descritivo

Relativamente à metodologia de investigação, pretendemos efetuar um estudo integrado em que, na componente descritiva irá ser feito um levantamento das organizações existentes no concelho de Aljustrel, de forma a identificar aquelas que reúnem condições para serem estudadas neste trabalho e quais as características no que à dimensão educativa diz respeito. Num estudo com estas características, este tipo de metodologia é aquela que na nossa opinião melhor serve os objetivos que nos propusemos atingir e que tornam este trabalho mais abrangente em termos de conteúdo final, sendo opinião de autores contemporâneos que escrevem sobre esta matéria, que os dois métodos não são agonistas mas sim que se complementam entre eles.

3.3. Levantamento de Questões de Investigação

Este nosso trabalho de investigação sustentou-se numa questão de partida, que se constituiu como uma orientação sobre o rumo que se pretendia tomar para se atingirem os objetivos que foram propostos. A pergunta de partida foi a seguinte?

- ✓ Qual a capacidade educativa nas instituições do concelho de Aljustrel e a recetividade no estabelecimento de parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel?

A pergunta de partida constituiu-se como algo que norteia a investigação, que nos faz tomar decisões e nos indica que caminho devemos seguir para concretizarmos os nossos objetivos. Como referem Quivy & Campenhoudt (1998), *“uma investigação é algo que se procura, implicando hesitações, desvios e incertezas. O investigador deve obrigar-se a escolher um fio condutor tão claro quanto possível, para que o seu trabalho se estruture com coerência”*. (p.6)

Apesar de já existirem por vezes ideias pré-concebidas sobre o que se vai pesquisar, é fundamental que o investigador saiba abstrair-se desses pensamentos, muitas vezes sustentados apenas em pressupostos do senso comum, e inicie a investigação procurando sem

qualquer tipo de preconceitos ou exclusões aquilo que se propôs alcançar, sendo “*nesta fase de ‘quase ruptura’ com as ideias prevalentes sobre o objeto que se precisa formular uma pergunta que explicita inequivocamente o que se deseja compreender*”. (Rousseff, D. et al., 2011:16)

Como referem Quivy & Campenhoudt (1998) citado por Rousseff, D. et al. (2011).

“a questão inicial de pesquisa deve necessariamente ser explícita, precisa, concisa e concreta. A pergunta de partida necessita contar com uma intenção que seja, ao mesmo tempo, compreensiva e explicativa. Tal indagação é a chave para um bom projeto, pois sem uma boa pergunta não é possível uma boa resposta” (p.16-17)

Essencialmente, o que pretendemos compreender com este estudo é conhecer de forma aprofundada as instituições do concelho de Aljustrel, constatarmos a existência de potencialidades educativas no desenvolvimento das suas atividades e sabermos se aquelas estariam eventualmente disponíveis ao estabelecimento de parcerias educativas com as escolas, procurando colocar à sua disposição os conhecimentos não-formais que possuem.

3.4. Objetivos da Investigação

A investigação em causa pretendeu atingir os seguintes objetivos:

- 1- Inventariar todas as coletividades existentes no concelho de Aljustrel em atividade atualmente;
- 2- Selecionar, em articulação com os cinco presidentes de junta de freguesia do concelho, as instituições com uma atividade mais frequente e com mais iniciativa em termos qualitativos e de impacto junto das populações;
- 3- Conhecer, de forma pormenorizada, as instituições constituintes da amostra que foi definida para serem estudadas nesta investigação;
- 4- Identificar as instituições que proporcionam aprendizagens aos membros que as frequentam;
- 5- Identificar as instituições transmissoras de conhecimentos formais e não formais, aquelas que apresentam disponibilidade para colaborar e participarem em parcerias educativas com a escola;
- 6- Avaliar a disponibilidade das instituições em realizar parcerias educativas com a escola, apresentar esses dados à escola como um importante património a aproveitar para desenvolver a sua ação educativa.

3.5. Contexto Territorial

A investigação decorreu no concelho de Aljustrel, mais propriamente nas cinco freguesias que o constituem, nomeadamente, Ervidel, Messejana, São João de Negrilhos, Rio de Moinhos e Aljustrel, esta última a sede de concelho e mais populosa. A elaboração deste trabalho neste local deriva do facto de ser natural deste concelho e para o concretizar selecionamos como amostra um terço do universo das instituições que foram inventariadas inicialmente, de forma a garantir uma adequada representatividade, procurando extrair o seu

potencial educativo em termos de aprendizagens, colocando posteriormente esse valioso legado á disposição das escolas.

3.6. População Alvo da Investigação - Universo e Amostra

O universo da presente investigação foi constituído por 73 instituições inventariadas no concelho de Aljustrel, devidamente enquadradas nas respetivas freguesias, estando as mesmas identificadas no Anexo III. Após termos efetuado este levantamento e perante a impossibilidade temporal de inquirirmos a totalidade do universo, definimos uma amostra para estudar de 1/3 das instituições por freguesia, o que no nosso entender permitiu garantir uma boa representatividade em relação ao universo, já que, de 73 instituições existentes, estudámos 25, aplicando esta metodologia às cinco freguesias do concelho. Como era nosso objetivo constatar a existência de potencial educativo nas instituições do concelho de Aljustrel, decidimos não optar pela adoção de nenhum método de amostragem formal, tendo a decisão sobre as organizações a estudar, ficado ao critério de quem no território as conhece melhor que ninguém, ou seja, as juntas de freguesia. Estas edilidades solicitam às instituições os respetivos planos de atividades para atribuir os respetivos subsídios, o que lhes confere a possibilidade de constatar tudo aquilo que é feito no âmbito da sua ação. Quem conhece o funcionamento destas instituições comprova que enquanto determinadas organizações apresentam uma atividade permanente, abrangente e organizada, outras há que não desenvolvem junto da população qualquer tipo de iniciativas de realce. Como o estudo apresenta a pretensão de constatar o potencial educativo das instituições transmissoras de conhecimentos formais e não-formais, era fundamental optarmos por definir de entre a população, as instituições que melhor serviam este interesse, sendo neste contexto possível afirmar que *“mais do que ouvir muitas vozes, interessa ouvir as vozes certas”*. Lagarto, M. Longle, N. Dias, S. (2005:2).

3.7. Inquérito por Questionário

A aplicação do questionário tem como objetivo recolher informação diversa sobre as organizações, nomeadamente a sua caracterização, principais áreas de atuação, plano anual de atividades, ações desenvolvidas com caráter educativo, exposição do conteúdo de ações formativas efetuadas pelos seus membros e descrição de aprendizagens assimiladas pelos alunos. O recurso a este instrumento procura ainda aferir se estas organizações reúnem condições para o estabelecimento de parcerias educativas com as escolas. Desta forma optámos por utilizar dois instrumentos de recolha de dados aplicados em trabalhos de investigação de contornos semelhantes ao nosso, que são o Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I.) desenvolvido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia, da Universidade de Évora, nas versões I e II. Apesar de este instrumento estar validado, procedemos a pequenas adaptações para a nossa realidade e antes da aplicação do questionário definitivo, o mesmo foi antecedido de uma versão provisória a submeter à superior apreciação e aprovação de um painel de especialistas nesta área, efetuando-se de seguida um teste experimental, a uma amostra pré-determinada. O objetivo deste processo consistiu em assegurar a validade do instrumento, bem como a fiabilidade na recolha de dados. Nunes (2001, citado por Barroso, 2010:53), refere que em estudos com estas características:

“é aconselhável recorrer, sempre que possível, a instrumentos padronizados em anteriores investigações, desde que os mesmos satisfaçam os critérios normais de validade e permitam medir as variáveis relevantes para a nossa investigação. No entanto, a adequação ao campo de estudo exige, normalmente, a realização de um estudo exploratório que possibilite um melhor domínio dos instrumentos em causa”.

Assim, procedeu-se à aplicação do QAI I em 25 instituições do concelho de Aljustrel e por sua vez o QAI II foi utilizado por 23 vezes, respeitante a contextos de aprendizagem existente nessas instituições.

Em termos da metodologia de trabalho estabelecida para aplicar os questionários, optámos por contactar, pessoal ou telefonicamente, os responsáveis das instituições para combinarmos um período em que houvesse disponibilidade para calmamente,

preencher os questionários. Após este procedimento, encontrámo-nos com estas pessoas, explicando concretamente qual era o âmbito do estudo que estávamos a realizar e a importância da sua colaboração para conseguirmos atingir os objetivos que nos propusemos. Esta primeira conversa colocou os entrevistados mais à vontade e conseguiram-se obter níveis de colaboração mais elevados e mais verídicos, já que era importante esclarecer que não estava a efetuar este trabalho para emitir alguma opinião crítica sobre o trabalho desenvolvido, mas que queria obter apenas a disponibilidade destas pessoas para responderem ao conteúdo dos questionários.

Após o preenchimento de todos os questionários, os mesmos foram devidamente organizados, efetuando-se seguidamente o lançamento dos dados no programa de tratamento estatístico SPSS, tendo-se posteriormente obtido um conjunto considerável de gráficos e tabelas, a partir dos quais se pode proceder à análise e interpretação dos resultados.

Capítulo 4- ANÁLISE DE DADOS E INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

No presente estudo, foram aplicados os Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I.) desenvolvido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia, da Universidade de Évora, nas versões I e II. Após a aplicação dos inquéritos às instituições que constituíram a amostra, procedeu-se ao lançamento dos dados no programa estatístico SPSS, de onde saíram tratados sob a forma de tabelas e gráficos, para posterior análise e interpretação. Esta parte do trabalho pretende analisar com algum pormenor e rigor as instituições do concelho de Aljustrel que foram alvo de estudo, procurando saber informações diversas sobre a sua atividade, bem como, a identificação e descrição das iniciativas que envolvem aprendizagens.

4.1. Caracterização Institucional no Concelho de Aljustrel

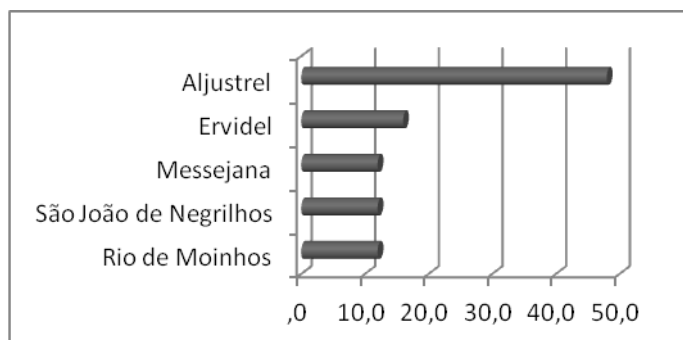
4.1.1. Instituições por Freguesia

QUADRO 13 – Instituições por Freguesia que Constituíram a Amostra

Freguesia	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Aljustrel	12	48,0
Ervidel	4	16,0
Messejana	3	12,0
São João de Negrilhos	3	12,0
Rio de Moinhos	3	12,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 2 - Instituições por Freguesia



Observa-se, no Quadro 13, que uma parte significativa da amostra se encontra na freguesia de Aljustrel, já que 12 das 25 instituições estudadas se encontram sediadas nesta localidade, o que representa 48% das organizações que foram analisadas nesta investigação.

4.1.2. Número de Associados / Sócios

QUADRO 14 – Número de Associados / Sócios

Nº de Associados / Sócios	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
1 – 50	7	28,0
50 – 100	1	4,0
100 – 200	4	16,0
200 – 500	4	16,0
500 – 1000	4	16,0
+ de 1000	2	8,0
Sem resposta	3	12,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Observa-se, no Quadro 14, que a maioria das instituições apresenta um número reduzido de associados, já que 7 das 25 organizações possuem inscritos entre 1 a 50 sócios. Entre os 100 e os 1000 sócios encontram-se 12 coletividades, sendo de realçar no entanto a existência de uma instituição com 1035 associados e outra com 2300.

4.1.3. Data da Fundação

QUADRO 15 – Data da Fundação

Data da Fundação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
De 1900 a 1970	5	20,0
De 1970 a 1980	4	16,0
De 1980 a 1990	7	28,0
De 1990 a 2000	4	16,0
De 2000 a 2010	4	16,0
Sem resposta	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Da análise ao Quadro 15, constata-se que foi nos períodos compreendidos entre 1980 e 1990, ou seja, na década de 80, que se verificou um maior incremento na fundação de instituições, provavelmente ainda consequência da revolução de 25 de Abril de 1974. Observa-se, nesta década, a criação de mais organizações do que nos 70 anos compreendidos entre 1900 e 1970, já que nesse alargado período de tempo apenas 5 instituições foram constituídas. Foi no ano de 1989 que foram criadas mais instituições, já que se constituíram, neste ano, 3 coletividades.

4.1.4. Interrupção da Atividade

QUADRO 16 – Interrupção da Atividade

Interrupção da atividade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Não	23	92,0
Sim	2	8,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Através da análise do Quadro 16, constata-se que, das 25 instituições estudadas, apenas 2 interromperam a sua atividade desde a fundação até à atualidade. Uma larga maioria (92%) conseguiu ter nos seus corpos sociais pessoas para levar por diante aqueles que foram sendo ao longo dos tempos os desígnios destas instituições. Fazendo uma observação um pouco mais aprofundada destes interessantes dados, depreende-se que este tipo de instituições é de extrema importância para as populações, já que existe, neste estudo, uma coletividade fundada em 1908, para além de outras fundadas na década de 20 do século passado e que, desde esse período, até à atualidade, têm tido sempre um funcionamento contínuo. As instituições em pequenos aglomerados populacionais, como são aqueles que se encontram no concelho de Aljustrel, para além das atividades formais que desenvolvem, são um local de encontro e de convívio entre os seus sócios, que por via do trabalho comum desenvolvido nestas organizações, acabam por estabelecer e fortalecer laços de amizade, que em muitos casos se mantêm para a vida.

4.1.5. Natureza Estatutária

QUADRO 17 – Natureza Estatutária

Natureza Estatutária	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Público	18	72,0
Privado	4	16,0
Cooperativo	1	4,0
Outra	1	4,0
Sem resposta	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Da análise ao quadro 17, constata-se que, maioritariamente, as instituições são de natureza pública, o que é um dado muito favorável, já que não há quaisquer restrições no acesso a estas instituições por parte do público em geral. Quem quiser propor-se como sócio e depois eventualmente candidatar-se aos corpos sociais da instituição, poderá livremente fazê-lo, já que este é um direito que lhe é concedido ao abrigo dos estatutos deste tipo de organizações.

4.1.6. Natureza Jurídica e Funcional

QUADRO 18 – Natureza Jurídica e Funcional

Natureza Jurídica e Funcional	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Clube Desportivo	4	16,0
Instituição Particular de Solidariedade Social	4	16,0
Grupo Musical	3	12,0
Grupo Coral	3	12,0
Associação	2	8,0
Associação cultural	2	8,0
Associação sem fins lucrativos	2	8,0
Associação Cultural e desportiva	1	4,0
Associação de Desenvolvimento Local	1	4,0
Associação Humanitária	1	4,0
Cooperativa	1	4,0
Rancho Folclórico	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Verifica-se no Quadro 18, que relativamente à Natureza Jurídica e Funcional, são maioritários os clubes desportivos e as IPSS, com quatro instituições analisadas, logo seguidas pelos grupos musicais e corais, onde se optou por estudar três de cada categoria.

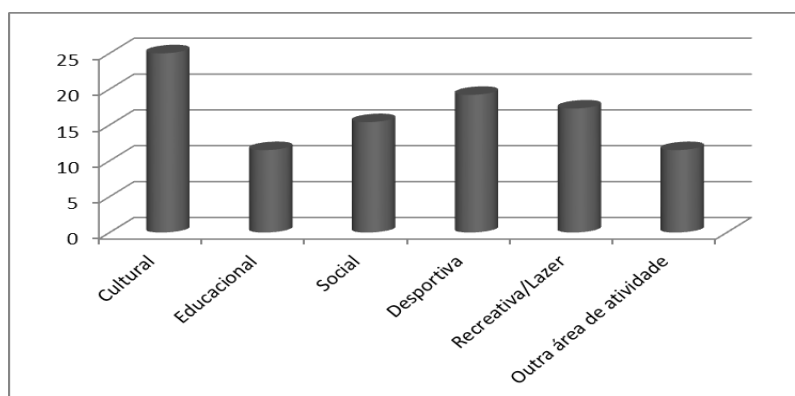
4.1.7. Área de Atividade

QUADRO 19 – Área de Atividade

Área de Atividade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Cultural	13	25,0
Desportiva	10	19,2
Recreativa/Lazer	9	17,3
Social	8	15,4
Educacional	6	11,5
Outra área de atividade	6	11,5
Total	52	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 3 - Área de Atividade



Analisando o Quadro 19 e o Gráfico 6, constatamos que, relativamente à área de atividade das instituições, prevalece claramente a vertente cultural, logo seguida das áreas desportiva, recreativa, social e educacional. Desta análise depreende-se de forma bastante evidente que as instituições adotam visivelmente o âmbito cultural como uma característica muito forte da sua atividade. Os responsáveis dos grupos musicais, corais, folclóricos e outros com quem falámos assumem-se, de forma muito veemente, como portadores da cultura local,

por via da música, da dança e de outras formas de expressão características do território alentejano.

4.1.8. Plano Anual de Atividades

QUADRO 20 – Plano Anual de Atividades

Plano Anual de Atividades	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Sim	20	80,0
Não	5	20,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Observa-se no Quadro 20, que 80% das instituições desenvolvem as suas ações sustentadas num plano anual de atividades, ferramenta indispensável a quem quer realizar um trabalho devidamente estruturado e planeado ao longo de um determinado período temporal, prevendo com antecedência e ponderação aquilo que se propõe efetuar. De referir que, para atribuição de subsídios por parte da câmara municipal, esta entidade solicita às coletividades o seu plano anual de atividades, para com base neste documento e com o recurso a outro tipo de informações calcular o valor a entregar a cada instituição.

4.1.9. Funcionamento

QUADRO 21 – Períodos de Funcionamento

Funcionamento	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Contínuo (todo o ano)	23	92,0
Em determinadas alturas do ano	2	8,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Através da análise ao Quadro 21, observa-se que a quase totalidade das instituições (23 num universo de 25), apresenta um funcionamento contínuo ao longo do ano. Este é também um dado importante, visto poder concluir-se que as instituições apresentam ao longo do ano iniciativas, que implicam este tipo de funcionamento, permitindo pôr em prática tudo aquilo que se propuseram fazer em sede de plano anual de atividades. Estes dados também acentuam a importância que as instituições representam para os territórios onde desenvolvem as suas ações, já que as populações não abdicam ao longo do ano da frequência de atividades, tendo que se assegurar aos associados este tipo de funcionamento, que é aquele que melhor serve as suas pretensões e expectativas no que às coletividades diz respeito.

4.1.10. Horário de Funcionamento

QUADRO 22 – Horário de Funcionamento

Horário de funcionamento	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Geral (Laboral)	9	36,0
Reduzido (Um período/pós laboral)	9	36,0
Pontual	4	16,0
Sem resposta	2	8,0
Outro	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Da observação produzida ao Quadro 22, constata-se que uma parte substancial das instituições analisadas apresenta um período de funcionamento diário, embora cerca de 9 o façam em horário laboral e outras 9 em horário reduzido. Enquanto instituições como as IPSS, funcionam em relação aos serviços administrativos em horário laboral, as sedes das coletividades abrem as suas portas em horários reduzidos, já que os responsáveis na sua maioria trabalham e só após o período de cumprimento das suas obrigações profissionais, procedem à abertura das portas das associações.

4.1.11. Acesso do Público

QUADRO 23 – Acesso do Público

Acesso do público	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Geral (sem restrições)	19	76
Condicionado (com restrições)	6	24
Total	25	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Da análise efetuada ao Quadro 23, constata-se que, maioritariamente, as instituições não colocam restrições ao acesso por parte do público em geral. Assim, observa-se que 76% das instituições permitem de forma totalmente livre o ingresso de quem a elas se quer associar, enquanto 24% já colocam restrições à entrada de pessoas nas suas organizações. Nestas últimas, situam-se, por exemplo, os grupos musicais, que estabelecem requisitos à entrada de pessoas, já que é necessário possuir conhecimentos nesta área, para se poder fazer parte dos mesmos.

4.1.12. Vínculo/Vencimento do Pessoal

QUADRO 24 – Vínculo/Vencimento do Pessoal

Vínculo/Vencimento do pessoal	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Voluntário	14	56,0
Remunerado	6	24,0
Remunerado e Voluntário	4	16,0
Outro vínculo	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Procedendo à análise do Quadro 24, concluímos que ao serviço das instituições estudadas encontra-se maioritariamente pessoal voluntário, que desenvolve trabalho em prol de uma causa de forma desinteressada, não auferindo para o desempenho das suas funções qualquer tipo de vencimento. Onde existe pessoal remunerado é mais uma vez em instituições como as IPSS, que para prestarem os seus serviços às populações, necessitam de possuir nos seus quadros pessoas a trabalhar diariamente e, como tal, estes são remunerados.

4.1.13. Organização e Administração

QUADRO 25 – Tipo de Contabilidade

Tipo de contabilidade	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Não Organizada	11	44,0
Organizada por uma Entidade Exterior	7	28,0
Organizada pela própria Instituição	6	24,0
Sem resposta	1	4,0
Total	25	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Relativamente ao tipo de contabilidade, constata-se a predominância da contabilidade não organizada, talvez devido ao facto deste tipo de instituições não terem fins lucrativos e movimentarem anualmente verbas pouco significativas. Outras instituições analisadas que para desenvolverem as suas ações trabalham com pessoal remunerado e com valores monetários substanciais, já possuem contabilidade organizada para cumprirem as suas obrigações com as entidades reguladoras do seu funcionamento. Entre este último tipo de contabilidade, encontra-se aquela que é efetuada pela própria instituição ou por entidades exteriores.

4.1.14. Reuniões de Direção e da Assembleia-Geral

QUADRO 26 – Reuniões de Direção e da Assembleia-Geral

Reuniões de Direção e da Assembleia-Geral			Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Periodicidade	Reuniões de Direção	Periódicas	15,0	65,2
		Pontuais	8,0	34,8
		Sem resposta	0,0	0,0
Registos	Reuniões de Direção	Com Atas	17,0	73,9
		Sem Atas	6,0	26,1
		Sem resposta	0,0	0,0
			Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Periodicidade	Reuniões de Assembleia	Periódicas	14,0	66,7
		Pontuais	4,0	19,0
		Sem resposta	0,0	0,0
Registos	Reuniões de Assembleia	Sem Atas	2,0	9,5
		Com Atas	1,0	4,8
		Sem resposta	1,0	4,8

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 4 – Reuniões de Direção

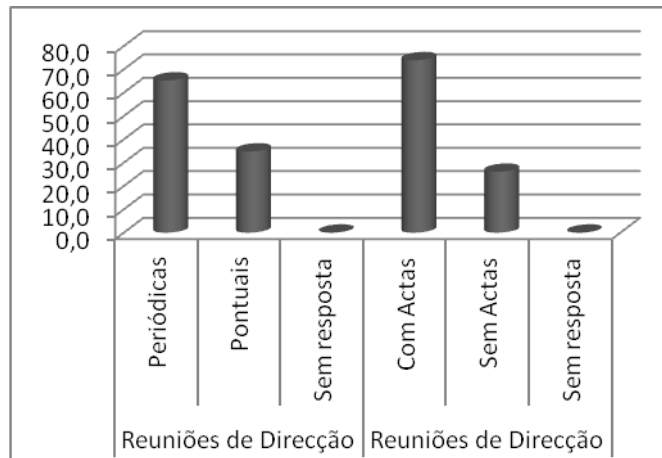
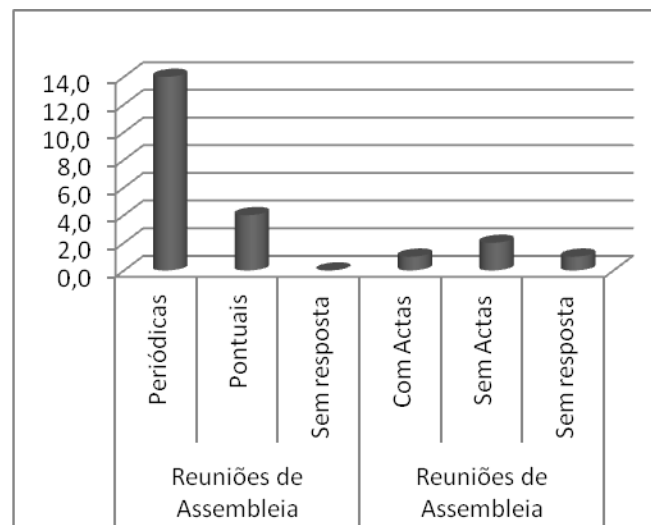


Gráfico 5 – Reuniões da Assembleia



Procedendo à análise do Quadro 26 e dos gráficos que acompanham esta informação, constata-se que, relativamente à periodicidade das reuniões de direção, predominam as sessões periódicas, embora tenha sido manifestado que também estão implantadas as reuniões pontuais ou extraordinárias sempre que tal se justifique. Este procedimento é correto, já que revela planeamento em termos da organização das reuniões, concretizado através de reuniões ditas ordinárias, não havendo, no entanto, demasiada rigidez, conferindo a possibilidade de

reunir pontualmente, quando houver matéria relevante a abordar e que não poderá aguardar até à próxima sessão calendarizada. Ainda no que diz respeito a este tipo de reuniões, existe maioritariamente o procedimento de lavrar em ata as matérias tratadas aquando da realização destas sessões, o que é totalmente correto, deixando devidamente registadas aquelas que foram as principais decisões tomadas em relação aos assuntos a abordar na respetiva ordem de trabalhos.

Relativamente às reuniões de Assembleia-Geral, predominam igualmente as reuniões periódicas, embora pontualmente também se efetuem sessões deste órgão deliberativo. Em relação às atas destas reuniões, não está tão fortemente implantada a necessidade de efetuar atas dos assuntos abordados, já que predominam as sessões sem atas sobre as reuniões onde as mesmas se realizam, sendo este um aspeto a melhorar em termos do funcionamento deste órgão.

4.1.15. Relacionamento Institucional

QUADRO 27 – Estabelecimento de Parcerias

Tipo	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Sem resposta	15	60,0
Parcerias Com Protocolo	7	28,0
Parcerias Sem Protocolo	3	12,0
Total	25	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Através da observação do Quadro 27, constata-se que 60% das organizações não possui qualquer tipo de parcerias. Apesar disso, as instituições que possuem parcerias recorrem maioritariamente a protocolos o que é um aspeto favorável, já que permite que se estabeleçam uma série de compromissos e acordos a serem mutuamente cumpridos.

QUADRO 28 – Entidades Parceiras das Instituições

Entidades Parceiras das Instituições	Frequência Absoluta (N)	Frequência Relativa (%)
Segurança Social	3	12,0
Fundação Inatel	2	8,0
Casa das Artes	1	4,0
Redes Sociais	1	4,0
Conservatório Regional do Baixo Alentejo	1	4,0
Conselho de Parceiros	1	4,0
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	1	4,0
Câmara Municipal de Aljustrel	1	4,0
CERCIBEJA	1	4,0
Centro de Atendimento de Toxicodependentes	1	4,0
Escola Superior de educação de Beja	1	4,0
ESDIME	1	4,0
Junta de Freguesia de Messejana	1	4,0
Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais	1	4,0
Ministério da Educação	1	4,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Relativamente ao Quadro 28, onde se constata as entidades externas às instituições com as quais estabeleceram parcerias com protocolo, destaca-se a Segurança Social, organismo com o qual 3 instituições analisadas recorreram para obter uma colaboração ao desenvolvimento das suas iniciativas, assente maioritariamente numa comparticipação financeira, quando existe determinado serviço que é disponibilizado a uma faixa etária

populacional, fundamentalmente ao nível da criança e do idoso. Ao todo, foram estabelecidas 18 parcerias entre as instituições do concelho e as entidades acima referenciadas.

4.1.16. Instituições com Atividades de Aprendizagem

QUADRO 29 – Projetos de Aprendizagem

Instituição	Aprendizagem
Associação Ornitológica de Aljustrel	Colóquio relativo ao Canário Arlequim Português
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljustrel	Formação em trabalho com desfibrilhadores
Grupo de Música Popular "Nova Aurora"	Gravação de CD
Nava - Núcleo de Artes Visuais de Aljustrel	Exposição Coletiva
	Concurso de pintura infantil
Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	Construção de Lar
	Formação Profissional (União) - gestão sustentável II
	Formação Profissional ESDIME - Saúde da pessoa idosa - cuidados básicos - Higiene, Saúde e segurança da pessoa idosa
	OTOC - Orçamento de Estado e Novo Código Contributivo
Grupo Musical "4.ª Série"	Aquisição de Material sonoro e de luz
ESDIME - Agência para o desenvolvimento local no Alentejo Sudoeste	Gestão de abordagem LEADER/Eixo 3 do Proder
	Dinamização do Centro de Micro Empresas de Aljustrel

	IgualArte
	Construir em Igualdade
Grupo Coral da Junta de Freguesia de S. João de Negrilhos	Aquisição de Viatura
Rancho Folclórico "Verdes Campos"	Aprender a tocar acordeão
Negrilhos Futebol Clube	Aquisição de Viatura
Cocaria	Deontologia da ética profissional
	Formação em Primeiros Socorros
Telefonia Local de Aljustrel	Formação em Rádio
Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense	Formação Contínua
	Remodelação da Sede
	Fundação INATEL – Formação
13 Instituições	23 Aprendizagens Identificadas

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Observando o Quadro 29, constata-se que a maioria das instituições estudadas apresenta projetos de aprendizagem, já que 13 das 25 organizações abrangidas por este trabalho indicaram iniciativas formativas para os seus membros. Dentre estas, salientam-se a Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e a Esdime, com quatro projetos, bem como a Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense, com três projetos.

QUADRO 30 - Período de Ocorrência da Atividade de Aprendizagem

Período de Concretização da Aprendizagem	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
1 ano	12	52,2
8-30 Dias	4	17,4
1-7 Dias	3	13,0
3 meses	1	4,3
6 meses	1	4,3
Bianual	1	4,3
3 anos	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Como se observa no Quadro 30, predominam as 12 atividades envolvendo aprendizagens com a duração de um ano, havendo também algumas iniciativas de cariz formativo com duração entre 8-30 e 1-7 dias, mencionadas com 4 e 3 referências respetivamente. As ações formativas com outros períodos temporais de concretização apenas foram mencionadas 1 vez.

4.1.17. Parcerias Estabelecidas

QUADRO 31 - Parcerias Estabelecidas

Parcerias Estabelecidas	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Câmara de Aljustrel	5	22,7
IEFP	2	9,1
Fundação INATEL	2	9,1
Alentejo 21	1	4,5
Caixa de Crédito Agrícola	1	4,5
ESDIME	1	4,5
Instituto Nacional de Emergência Médica	1	4,5
LEADER	1	4,5
Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas	1	4,5
QREN, Inalentejo, FEDER	1	4,5
União Misericórdias Portuguesas	1	4,5
Sem resposta	5	22,7
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Analisando o Quadro 31, constata-se que é a Câmara Municipal de Aljustrel (CMA) a entidade com a qual se estabelecem um maior número de parcerias (5), secundada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (Fundação INATEL). O fato das instituições estabelecerem parcerias com a CMA é um dado positivo que se retira desta análise, já que é revelador de uma relação de proximidade entre a edilidade e as organizações que estão situadas no seu território.

4.1.18. Financiamento das Parcerias

QUADRO 32 - Origem do Financiamento

Origem do Financiamento	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Próprio e Externo	7	31,8
Exclusivamente externo	6	27,3
Exclusivamente próprio	5	22,7
Sem resposta	4	18,2
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Da observação efetuada ao Quadro 32, constata-se que predominam nas iniciativas de aprendizagem que envolvem parcerias com financiamento, a conjugação própria e externa, embora os financiamentos exclusivamente próprios e exclusivamente externos, também apresentem percentagens elevadas.

4.1.19. Público - Alvo e Protagonistas das Aprendizagens

QUADRO 33 - Público - Alvo e Protagonistas das Aprendizagens

Público-alvo	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Funcionários	4	18,2
Todos	4	18,2
Elemento do grupo	2	9,1
Empresários	2	9,1
Adultos	1	4,5
Alunos e executivo	1	4,5
Atletas	1	4,5
Crianças 6-11 anos	1	4,5
Grupo	1	4,5
Idosos	1	4,5
Jovens /Adultos	1	4,5
Sócios	1	4,5
Técnicos Oficiais de Contas	1	4,5
Alunos	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Através da análise ao Quadro 33, constata-se que, relativamente ao público-alvo a quem as iniciativas de aprendizagem se destinam, predominam os funcionários das instituições e a todos os membros em geral, cada um com 4 referências.

4.1.20. Descrição das Aprendizagens

QUADRO 34 - Descrição das Aprendizagens

Descrição da Aprendizagem	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Primeiros Socorros	2	9,1
Candidaturas	2	9,1
Condução de viatura	2	9,1
Manuseamento dos equipamentos	2	9,1
Técnicos de colaboração de voz	1	4,5
Conteúdos Musicais e Técnicos	1	4,5
Gestão	1	4,5
Higiene, Saúde e Segurança	1	4,5
Igualdade de Género	1	4,5
Promoção da raça	1	4,5
Tocar acordeão	1	4,5
Trabalho realizado	1	4,5
Sem resposta	6	27,3
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Observa-se, no Quadro 34, que as aprendizagens efetuadas em primeiros-socorros, elaboração de candidaturas, condução de viaturas e manuseamento de materiais, foram efetuadas em duas ocasiões e as restantes apenas uma vez.

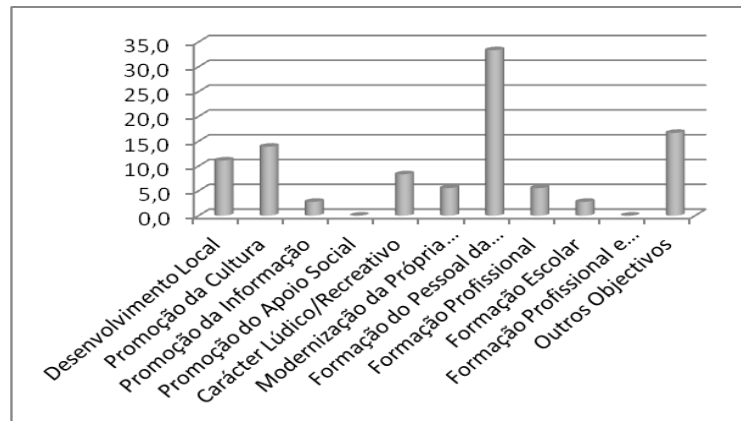
4.1.21. Objetivos da Aprendizagem

QUADRO 35 - Objetivos da Aprendizagem

Objetivos da Aprendizagem	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Formação do Pessoal da Instituição	12	33,3
Promoção da Cultura	5	13,9
Desenvolvimento Local	4	11,1
Carácter Lúdico/Recreativo	3	8,3
Modernização da Própria Instituição	2	5,6
Formação Profissional	2	5,6
Formação Escolar	1	2,8
Promoção da Informação	1	2,8
Outros Objetivos	6	16,7
Total	36	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 6 – Objetivos da Aprendizagem



Efetuada a análise do Quadro 35 e do Gráfico 16, constata-se que os principais objetivos das aprendizagens são a formação do pessoal, mas também a promoção da cultura e o desenvolvimento local. Já anteriormente, foi referida a importância da formação profissional para o bom desempenho dos colaboradores de uma determinada instituição, observando-se igualmente outros objetivos de elevada importância, como a promoção da cultura e o desenvolvimento local.

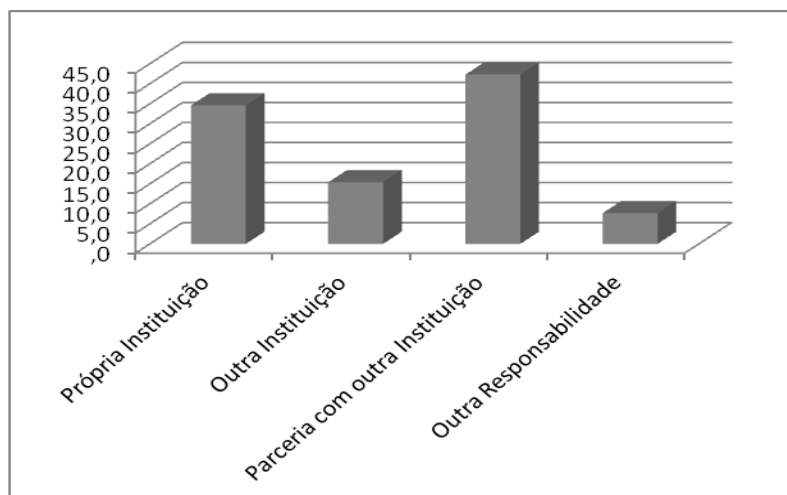
4.1.22. Responsabilidade pela Conceção da Atividade

QUADRO 36 - Responsabilidade pela Conceção da Atividade

Responsabilidade pela conceção da atividade	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Parceria com outra Instituição	11	42,3
Própria Instituição	9	34,6
Outra Instituição	4	15,4
Outra Responsabilidade	2	7,7
Total	26	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 7 – Responsabilidade pela Conceção da Atividade



No que concerne à responsabilização pela concepção da atividade, observa-se no quadro e no gráfico alusivos a esta questão, que, apesar das próprias instituições fornecerem formações aos seus colaboradores, predominam as parcerias com outras instituições, certamente mais especializadas nas áreas definidas onde se vislumbrou necessidade formativa.

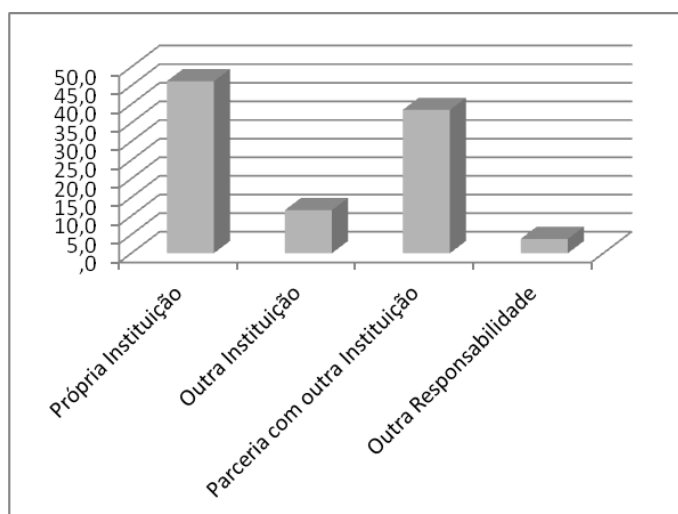
4.1.23. Responsabilidade pela Concretização da Atividade

QUADRO 37 - Responsabilidade pela Concretização da Atividade

Responsabilidade pela concretização da atividade	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Própria Instituição	12	46,2
Parceria com outra Instituição	10	38,5
Outra Instituição	3	11,5
Outra Responsabilidade	1	3,8
Total	26	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 8 – Responsabilidade pela Concretização da Atividade



No quadro e no gráfico relativo à responsabilidade pela concretização da atividade, na maioria das ocasiões esta incumbência é assumida pela própria instituição, visto acontecer em 46,2% dos casos referenciados. A responsabilidade pela concretização da atividade é, em 38,5% das ocasiões, efetuada em parceria com outra entidade.

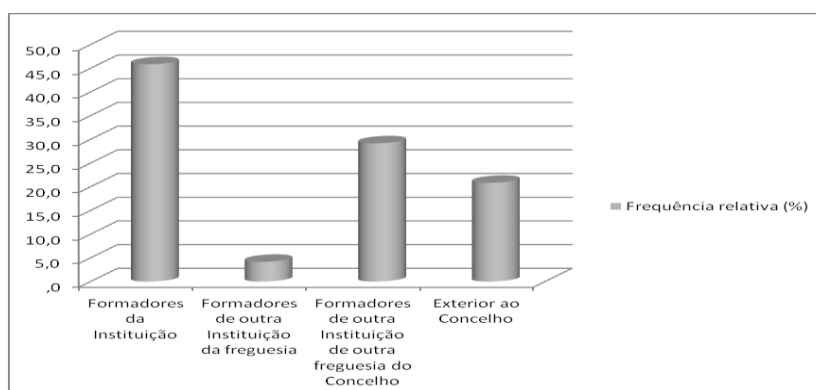
4.1.24. Formadores

QUADRO 38 – Proveniência dos Formadores

Proveniência dos formadores	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Formadores da Instituição	11	45,8
Formadores de outra Instituição de outra freguesia do Concelho	7	29,2
Exterior ao Concelho	5	20,8
Formadores de outra Instituição da freguesia	1	4,2
Total	24	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 9 – Proveniência dos Formadores



Relativamente à proveniência dos formadores, observa-se que, maioritariamente, são pessoas da própria instituição que efetuam este trabalho. Também existe uma percentagem elevada de formadores de outras instituições de outra freguesia do concelho, bem como formadores externos ao concelho. Constata-se, desta análise, que muitas instituições possuem nos seus quadros, pessoas credenciadas para dar formação aos colaboradores, recorrendo também com frequência a formadores de outras instituições vizinhas, havendo assim a hipótese de se fazer formação com pessoas do concelho, poupando-se certamente algum dinheiro, já que estes indivíduos praticamente não necessitam de sair de portas para efetuarem estas ações, evitando-se despesas com deslocações.

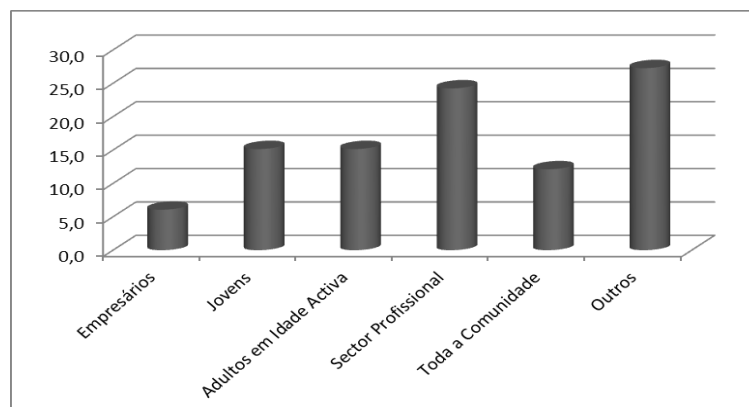
4.1.25. Público-Alvo

QUADRO 39 – Público-Alvo das Atividades

Público-alvo	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sector Profissional	8	24,2
Adultos em Idade Ativa	5	15,2
Jovens	5	15,2
Toda a Comunidade	4	12,1
Empresários	2	6,1
Outros	9	27,3
Total	33	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 10 – Público-Alvo das Atividades



Procedendo à análise do Quadro 39 e do Gráfico 20, constata-se que os principais destinatários das atividades são o setor profissional, seguindo-se os jovens e os adultos em idade ativa.

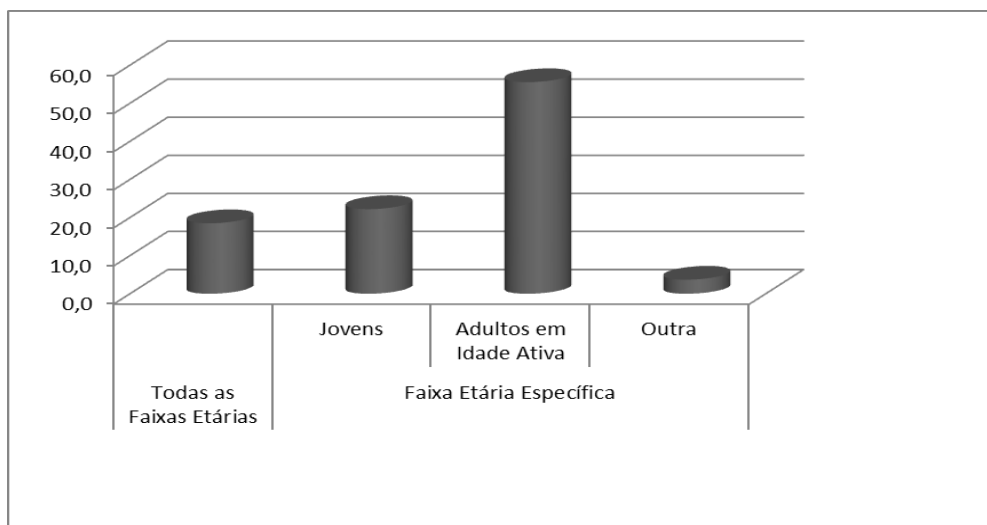
4.1.26. Faixa Etária

QUADRO 40 – Público-Alvo (idades)

Faixa Etária		Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
	Adultos em Idade Ativa	15	55,6
Faixa Etária Específica	Jovens	6	22,2
Todas as Faixas Etárias		5	18,5
	Outra	1	3,7
Total		27	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 11 – Público-Alvo (idades)



Analisando o quadro e o gráfico relativo à faixa etária a quem se destinaram as atividades, observa-se que o principal setor que foi abrangido por este tipo de iniciativas foram os adultos em idade ativa com 55,6%, logo seguido dos jovens com 22,2%, sendo estes últimos igualmente contemplados com algumas ações.

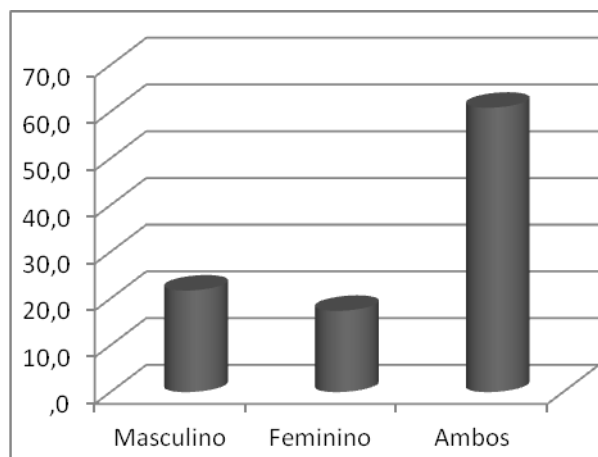
4.1.27. Género

QUADRO 41 – Público-Alvo (género)

Género	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Ambos	13,0	60,1
Masculino	5,0	22,7
Feminino	4,0	17,2
Total	22,0	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

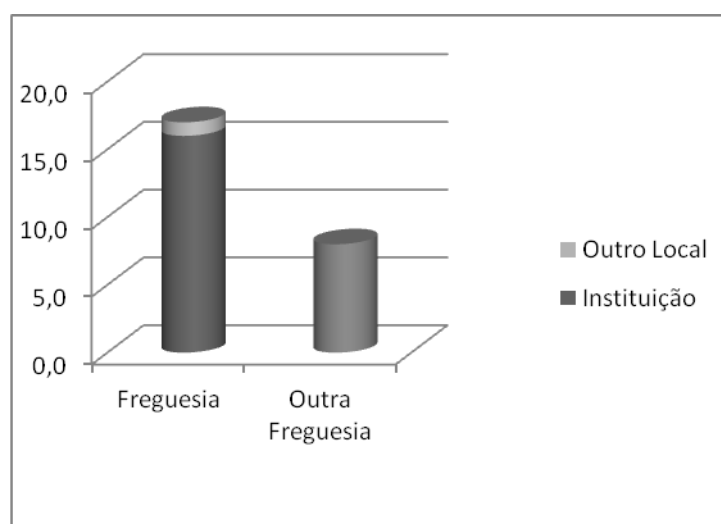
Gráfico 12 - Público-Alvo (género)



Relativamente ao género a quem se destinaram as atividades, observa-se que não existiu qualquer intenção discriminatória, sendo a oferta formativa proporcionada a elementos de ambos os sexos sido a maioritária com 60,1% das iniciativas desenvolvidas.

4.1.28. Local da Realização

Gráfico 13 - Local da Realização da Atividade



Analisando o gráfico respeitante a este item, observa-se que relativamente ao local de realização das atividades que foram transmissoras de aprendizagens, as mesmas decorreram

maioritariamente no interior das instalações da própria instituição e conseqüentemente na freguesia onde estas organizações estão sedeadas.

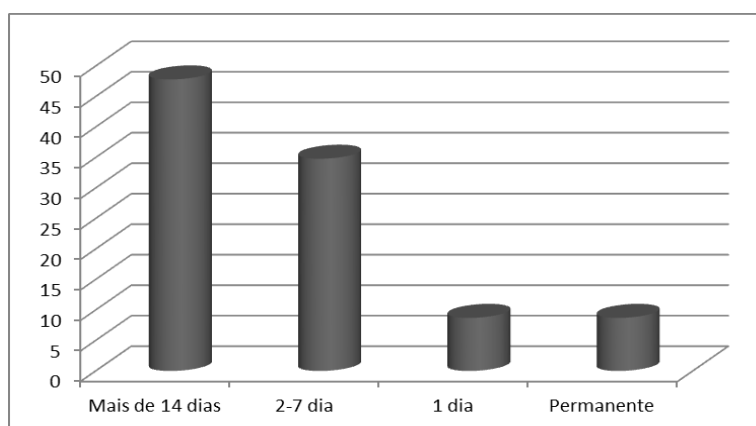
4.1.29. Duração

QUADRO 42 – Duração da Atividade de Aprendizagem

Duração da Atividade de Aprendizagem	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Mais de 14 dias	10	45,4
2-7 dias	8	36,4
1 dia	2	9,1
Permanente	2	9,1
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 14 - Duração da Atividade de Aprendizagem



No que respeita à duração da atividade de aprendizagem, observa-se uma clara predominância das ações com mais de 14 dias e entre 2 e 7 dias. Este é um dado interessante já que permite a constatação de algum investimento por parte das instituições neste tipo de

iniciativas, havendo mesmo a hipótese de existir algum aprofundamento temático, derivado do tempo em que estas ações decorreram.

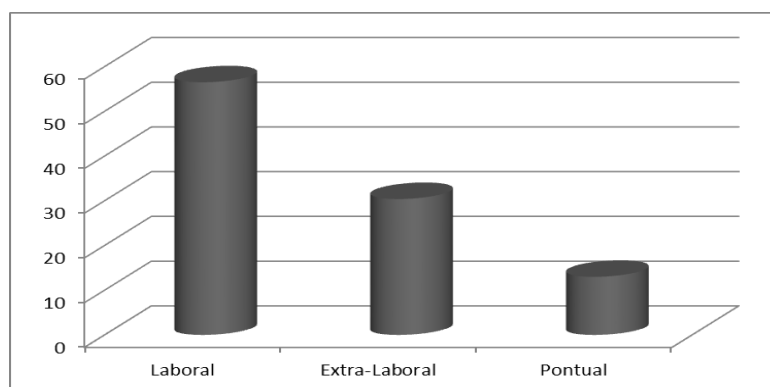
4.1.30. Horário

QUADRO 43 – Horário das Ações de Aprendizagem

Horário da aprendizagem	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Laboral	13	60,1
Extra - Laboral	7	31,8
Pontual	2	9,1
	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 15- Horário das Ações de Aprendizagem



Através da análise aos dados respeitantes ao horário das ações de aprendizagem, constata-se claramente a opção por realizar no período laboral este tipo de iniciativas, não ficando desta forma os colaboradores das instituições privados do seu tempo de descanso.

Apesar deste facto, também se realizarem algumas ações em horário extra - laboral, talvez por motivos de conveniência de serviços.

4.1.31. Avaliação

QUADRO 44 – Avaliação das Aprendizagens

Avaliação das Aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	13	60,1
Não	8	36,4
Sem resposta	1	4,5
	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

QUADRO 45 – Método de Avaliação das Aprendizagens

Método de Avaliação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Ao longo da Aprendizagem	7	50,0
No Final da Aprendizagem	7	50,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Conclui-se, neste item, que a maioria das iniciativas envolvendo aquisição de aprendizagens teve um cariz formal, já que 60,1% das ações foram avaliadas. Das iniciativas desenvolvidas pelas instituições que foram avaliadas formalmente, em 50% dos casos, a

aferição foi efetuada ao longo da aprendizagem e na mesma percentagem, houve avaliação apenas no final destas atividades.

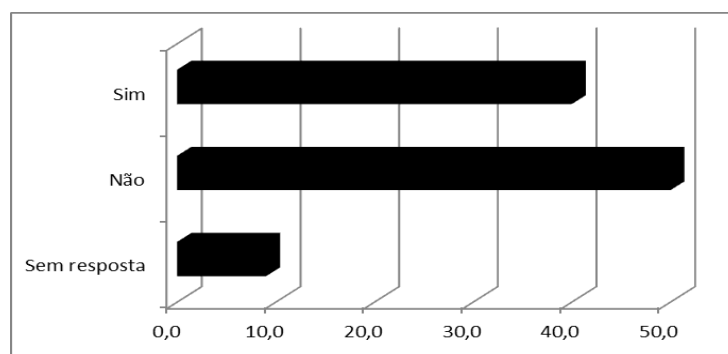
4.1.32. Certificação

QUADRO 46 – Certificação das Aprendizagens

Certificação das Aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Não	11	50,0
Sim	9	40,9
Sem resposta	2	9,1
	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 16 – Certificação das Aprendizagens



Constata-se da apreciação dos dados acima mencionados, que a maioria dos eventos de aquisição de aprendizagens efetuadas pelos membros das instituições, não foi alvo de

certificação formal, facto que é de lamentar, já que é gratificante para quem participa nestas iniciativas que o seu desempenho fosse reconhecido e classificado.

QUADRO 47 – Tipo de Certificação das Aprendizagens

Certificação das Aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Certificado de participação em evento	6	66,7
Académica	1	11,1
Profissional	1	11,1
Sem resposta	1	11,1
Total	9	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 17 – Tipo de Certificação das Aprendizagens



A certificação da participação em eventos que envolvam aprendizagens foi efetuada fundamentalmente através da atribuição de um documento reconhecedor da aquisição de

conhecimentos por parte dos participantes, cifrando-se esta percentagem nos 66,7%. A participação em atividades certificadas profissionalmente e academicamente ficou-se pelos 11,1%.

4.1.33. Financiamento

QUADRO 48 – Financiamento das Atividades Formativas

Financiamento das atividades formativas	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	16	72,7
Não	6	27,3
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

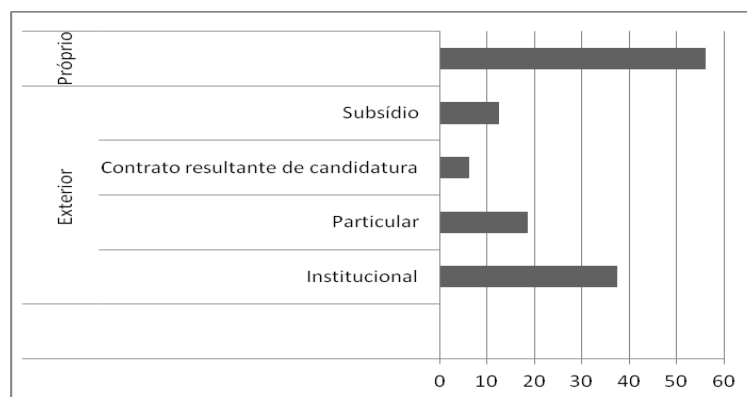
Em relação ao financiamento das atividades formativas, constata-se pela observação dos dados acima mencionados que a maioria das atividades de formação foi alvo de financiamento, ou seja, não acarreta despesas para os participantes, sendo este um fator motivador para quem quer frequentar este tipo de ações. O financiamento destas iniciativas é revelador em determinados casos de um esforço por parte das instituições em procurar parceiros que possam compartilhar as despesas, sendo assim mais fácil poder realizar-se estas ações com mais frequência.

QUADRO 49 – Tipo de Financiamento

Tipo de Financiamento		Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Próprio		9	56,3
Exterior	Institucional	6	37,5
	Particular	3	18,8
	Subsídio	2	12,5
	Contrato resultante de candidatura	1	6,3

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 18 – Tipo de Financiamento



Da análise aos dados relativos ao tipo de financiamento das atividades formativas, depreende-se que este tipo de iniciativas apresenta valores muito idênticos em relação ao financiamento próprio ou exterior. No entanto, deverá haver ainda mais trabalho por parte dos diretores das instituições em procurar financiamentos para o desenvolvimento destas ações, já que por vezes estes recursos estão disponíveis mas são desconhecidos dos responsáveis das instituições, não recorrendo como tal a parcerias facilitadoras da realização destas iniciativas.

4.1.34. Parcerias

QUADRO 50 – Existência de Parcerias

Existência de Parcerias	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	14	63,7
Não	7	31,8
Sem resposta	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Através da análise dos dados do quadro 50 conclui-se que existem maioritariamente existências de parcerias entre as instituições estudadas e outras entidades que com elas colaboram, o que representa para as mesmas uma mais-valia, colaborando os parceiros no desenvolvimento das iniciativas realizadas.

QUADRO 51 – Características das Parcerias

Características das Parcerias	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Público	12	66,7
Privado	5	27,8
Outro	1	5,6
Total	18	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

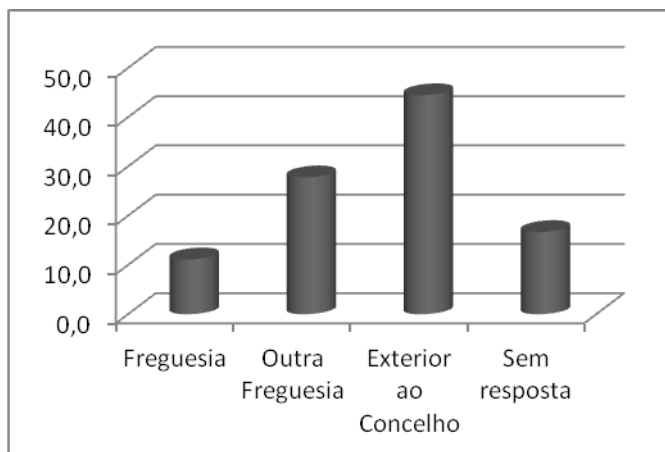
Da análise do quadro 51 podemos referir que foram estabelecidas 18 parcerias entre instituições do concelho e outras organizações. Maioritariamente (66,7%), são constituídas com entidades públicas, havendo apenas 5 parcerias estabelecidas com organizações privadas, o que representa 27,8% deste tipo de cooperação. Apesar destes dados, não há no meu entender qualquer tipo de receio em estabelecer parcerias com entidades privadas, o que acontece é que em termos regionais, este tipo de organizações encontram-se representadas em menor número comparativamente com as instituições públicas.

QUADRO 52 – Localização das Organizações Parceiras

Localização das Organizações Parceiras	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Exterior ao Concelho	8	44,4
Outra Freguesia	5	27,8
Sem resposta	3	16,7
Na Freguesia	2	11,1
TOTAL	18	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 19 – Localização das Organizações Parceiras



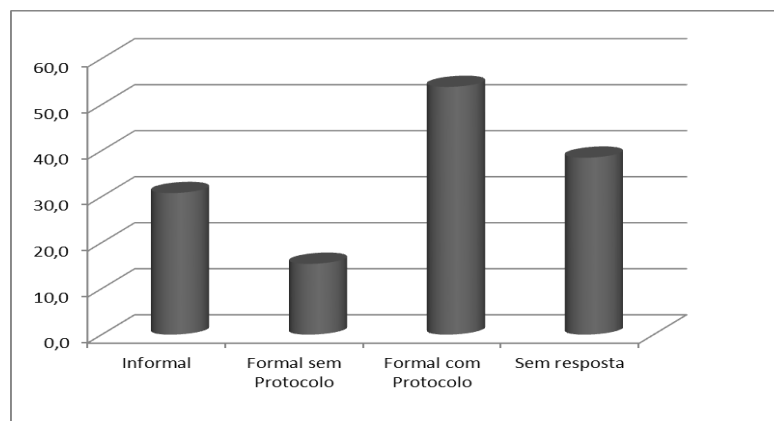
Constata-se pela apreciação aos dados referentes à localização das instituições parceiras que as mesmas se situam maioritariamente fora do concelho, já que alguns dos organismos estão sedeados na cidade de Beja, capital de distrito, nomeadamente uma delegação da Fundação INATEL, Segurança Social, Conservatório, entre outros. Apesar desta situação, as distâncias estão atualmente mais esbatidas por via do recurso às tecnologias de informação e comunicação, que permitem a troca de informação com grande facilidade e celeridade.

QUADRO 53 – Grau de Formalidade da Parceria

Grau de Formalidade da Parceria	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Formal com Protocolo	7	38,9
Sem resposta	5	27,8
Informal	4	22,2
Formal sem Protocolo	2	11,1
Total	18	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 20 – Grau de Formalidade da Parceria



Em relação ao grau de formalidade das parcerias, constata-se que, maioritariamente, estas são formais com protocolo, havendo nalguns casos uma relação saudável entre o compromisso e o proveito, pretendendo-se que estes tipos de acordos sejam definidos com base em interesses comuns e conciliáveis.

4.1.35. Natureza da Participação

QUADRO 54 – Natureza da Participação

Natureza da Participação	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Não Obrigatoriedade da Participação	14	60,9
Obrigatoriedade da Participação	8	34,8
Sem resposta	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Relativamente à natureza da participação, as instituições na maioria das iniciativas que envolvem aprendizagens propostas aos seus colaboradores, adotam maioritariamente a posição de não tornar a participação como algo obrigatório, embora em determinados casos seja imperiosa a presença nas iniciativas formativas. O que as instituições deverão fazer será sensibilizar os seus colaboradores para a importância de participarem neste tipo de iniciativas como algo que os faz serem melhores profissionais naquilo que fazem. À partida, quanto mais qualificado for o trabalhador, melhor desempenhará as suas funções.

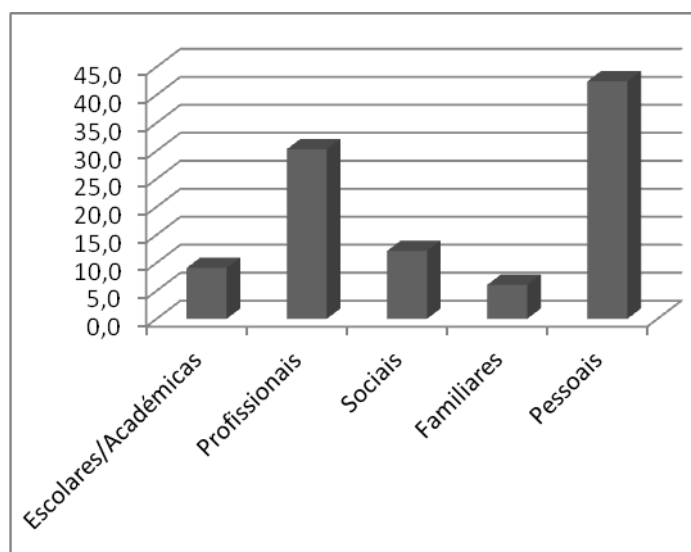
4.1.36. Relevância da Aprendizagens

QUADRO 55 – Relevância das Aprendizagens

Relevância da Aprendizagens	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Pessoais	14	42,4
Profissionais	10	30,3
Sociais	4	12,1
Escolares/Académicas	3	9,1
Familiares	2	6,1
Total	33	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

Gráfico 21 – Relevância das Aprendizagens



Em relação à relevância das aprendizagens, estas revestem-se de um cariz essencialmente pessoal, embora sejam seguidas de perto pelos conhecimentos de índole profissional, devendo estas duas vertentes da formação andarem sempre próximas, visto complementarem-se uma à outra.

4.1.37. Disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel

QUADRO 56 – Disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel

Disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel	Frequência Absoluta (N)	Frequência relativa (%)
Sim	16	72,7
Não	1	4,5
Sem resposta	5	22,8
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2010)

QUADRO 57 – Caminhos a serem percorridos nesse projeto educativo conjunto

Caminhos a serem percorridos nesse projeto educativo conjunto
Ações de divulgação e de promoção do empreendedorismo na escola, dirigida a jovens
Atuações na escola, possibilidade de se poderem fazer algumas pequenas formações musicais
Atuações, palestras
Continuar a trabalhar no sentido de uma maior sensibilização de jovens e também de docentes para as questões da igualdade de género
Demonstrações de folclore, atuações, palestras
Estágios profissionais, provas de aptidão profissional
Exposição de Aves, Colóquios explicativos sobre a temática da associação.

Exposições, atelier aberto, técnicas de artes plásticas
Formação em contexto de trabalho, protocolos de colaboração
Não estando a ser desenvolvidas no âmbito deste projeto, falaremos dessas parcerias no âmbito do projeto IGualaRTe
Palestras, demonstração de atividade do grupo, História
Protocolos, divulgação da atividade da rádio
Realização de palestras, técnicas de instrumento
Simulacros de acidentes de viação, primeiros socorros, entre outras atividades.

Relativamente à disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel, é com particular agrado, que constatamos que 72,7% das instituições estudadas manifestaram vontade de trabalhar em articulação com a escola, em projetos educativos comuns. Os responsáveis das instituições mostraram-se, na sua quase totalidade, entusiasmados com esta possibilidade, já que 16 das 23 organizações abordadas indicaram caminhos conjuntos que podiam ser percorridos de forma comum entre as instituições que representam e as escolas, devendo este potencial educativo ser aproveitado pela escola, dando sequência a esta vontade e a esta disponibilidade manifestada por estas pessoas que representam na sua plenitude, as instituições onde estão inseridos.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

5.1. Conclusões

5.1.1. Nível Descritivo

Começámos, numa primeira fase, por efetuar o levantamento de todas as instituições do concelho que se encontravam atualmente a funcionar, solicitando para esta tarefa a colaboração dos presidentes de juntas de freguesia do concelho, elementos que possuem um conhecimento aprofundado dos seus territórios. Desta análise, conseguimos inventariar **73 instituições nas 5 freguesias do concelho**. Na freguesia de Aljustrel, onde se situa igualmente a sede de concelho, localizámos 38 instituições, sendo analisadas 12. Na freguesia de Ervidel, registámos a existência de 11 organizações, sendo deste universo retirada uma amostra de 6 coletividades. Na freguesia de Messejana, foram localizadas 7 instituições, das quais selecionámos 3 para estudo. Na freguesia de São João de Negrilhos, efetuou-se a inventariação de 8 coletividades, tendo-se, posteriormente, analisado 3. Igual número de instituições foi registado na freguesia de Rio de Moinhos, tendo-se também aqui estudado 3 associações. **A amostra total que foi definida contém 25 instituições**, tendo-se procurado ouvir novamente a opinião dos presidentes de junta para se fazer a seleção das coletividades para serem estudadas, de forma a serem selecionadas aquelas que tem apresentado uma atividade mais regular, dinâmica e com algum relevo para a comunidade onde estão inseridas.

A nível concelhio, destacam-se, na amostra, os clubes desportivos, os grupos musicais, os grupos corais e as IPSS.

Ao nível dos associados, predominam as instituições com um número reduzido de sócios, à exceção de duas coletividades que possuem mais de 1000 membros. No quadro das suas possibilidades, era favorável que as coletividades conseguissem atrair novos associados, como forma de obterem mais receita através da quotização e das possíveis sinergias com a entrada de novas pessoas.

Relativamente ao ano de fundação, regista-se um número bastante reduzido de instituições a serem fundadas durante os primeiros 70 anos do século passado, consequência

provável de um ambiente pouco favorável à cooperação e ao trabalho associativo. Neste período da nossa história, foram fundadas apenas 4 coletividades. A partir do 25 de Abril de 1974, com a revolução dos cravos, tudo se alterou, tendo **a década de 80 sido prodigiosa, em termos de fundações de coletividades, já que neste período de 10 anos foram criadas 7 instituições**, mais duas do que nos primeiros 70 anos do século XX.

Outro dado positivo prende-se com o facto de **apenas duas coletividades terem interrompido a sua atividade desde a fundação à atualidade**. As restantes 23 têm mantido o seu funcionamento até aos nossos dias, o que é reflexo da importância que estas instituições representam para as populações que por elas são abrangidas, não deixando os seus associados e simpatizantes que estas organizações encerrem as suas portas e que cessem a sua atividade. **A natureza estatutária é na sua quase totalidade pública**, sendo as **principais áreas de atividade o desporto, a cultura e o âmbito social**.

Constata-se, nesta análise, que **uma larga maioria de instituições possui Plano Anual de Atividades**, ferramenta indispensável à organização das ações que as coletividades vão desenvolver durante esse período temporal e que desde há alguns atrás é solicitado pelas autarquias e por outras entidades que apoiam estas entidades, mas que também efetuam alguma monitorização do seu funcionamento. Um objetivo que a autarquia deveria ter em relação ao seu acompanhamento, seria diligenciar e apoiar todas as instituições que necessitassem de auxílio para organizarem devidamente o seu funcionamento, complementando certamente o bom trabalho que é efetuado no terreno por dirigentes e treinadores que são possuidores de experiência, mas que apresentam algumas lacunas na planificação, organização e enquadramento da sua atividade.

Relativamente ao funcionamento das instituições, estas **apresentam maioritariamente um funcionamento anual** e as que não o praticam, é devido a especificidades próprias inerentes à atividade que desenvolvem. O **horário de funcionamento divide-se entre o laboral e o pós-laboral**, estando também este facto relacionado com as especificidades das instituições, já que um clube desportivo que funciona essencialmente com pessoal não remunerado e não profissional, apresenta diferenças comparativamente a uma IPSS, que está ao serviço da população 24 horas por dia.

O **acesso do público é feito essencialmente sem restrições**, o que é um dado positivo, estando, por norma, esta questão estipulada nos estatutos das coletividades, documento orientador das diretrizes que são definidas para o funcionamento destas organizações. As instituições que referiram a restrição do acesso do público às suas iniciativas justificaram-no pelas especificidades das suas atividades, já que é necessário possuir-se determinados requisitos para, por exemplo, integrar um grupo rock, nomeadamente ser-se detentor de conhecimentos musicais.

Os **indivíduos que desempenham funções diretivas** e outras nas instituições **são, na sua grande generalidade, voluntários**, ou seja, não auferem uma remuneração para exercer, dentro do quadro das competências, as funções que lhes foram confiadas. Este é um aspeto favorável ao nível do funcionamento das instituições, já que permite, com orçamentos reduzidos, o desenvolvimento de atividades, muito devido ao esforço de milhares de voluntários que se dedicam às instituições sem terem qualquer tipo de retribuição financeira, pelo trabalho que lá realizam. Este tipo de pessoas prejudica muitas vezes a sua vida pessoal, familiar e profissional, para conseguirem levar por diante aquelas atividades que tanto gostam de ver desenvolvidas. **Seria de elementar justiça que alguma entidade, tal como a escola e as autarquias, pudessem qualificar esses espaços de participação cívica, para que os mesmos pudessem disponibilizar oportunidades de aprendizagem com qualidade e possibilidade de futuro reconhecimento e certificação.** O mesmo acontece em muitas outras instituições, como corporações de bombeiros, ranchos folclóricos e escolas de música. Ao serem validados estes importantes papéis, quando um destes indivíduos fosse para um processo de RVCC, já transportaria consigo uma certificação pelo trabalho desenvolvido em prol de uma causa, que nestes procedimentos seria certamente mais um contributo valioso para reconhecer percursos de vida repletos de experiências positivas. Um aspeto a melhorar no funcionamento das instituições é a questão da **falta de contabilidade organizada**, que não necessitando de ser efetuada por uma entidade externa, poderia ser estruturada ao nível da própria organização e depois complementada por um determinado setor autárquico que prestasse apoio a estas associações. Outra lacuna identificada foi ao nível das reuniões das **assembleias gerais das instituições, onde a maioria destas organizações referiram que não elaboram atas**, sendo esta uma matéria onde mais uma vez a autarquia podia e deveria intervir, dando apoio especializado e sensibilizando os dirigentes para a elaboração destes

documentos onde ficam registados os assuntos que são tratados, quando todos os sócios se reúnem para discutirem as questões estruturantes que norteiam a ação das instituições.

As parcerias são outro importante aspeto a melhorar no funcionamento das instituições, já que é apenas **uma minoria que recorre a parcerias para desenvolver as suas atividades**. As parcerias são fundamentais para este tipo de instituições, já que permitem por vezes obter financiamento através de programas, candidaturas, para além de bens materiais, que por vezes recebem ao abrigo dos acordos que estabelecem, sendo estes recursos ainda atualmente desconhecidos para muitos diretores, que não estão despertos e devidamente sensibilizados para estes recursos. Outro aspeto a melhorar com as parcerias é **a ausência de protocolos**, que desta forma não salvaguardam devidamente compromissos que são assumidos informalmente. Era igualmente importante, que alguma entidade pudesse também nesta área dar apoio a pessoas que estão nos órgãos das instituições, mas que não possuem conhecimentos para efetuar este tipo de ações.

Relativamente às instituições com projetos educativos, é de evidenciar o facto de **13 instituições promoverem 23 projetos que envolvem aprendizagens**, havendo mesmo organizações com 3 e 4 projetos em desenvolvimento. No entanto, 12 das 25 instituições estudadas não apresentaram qualquer iniciativa deste âmbito, o que se lamenta, devendo esta questão merecer alguma atenção, já que seria uma área prioritária, caso fosse elaborado um projeto de intervenção para melhorar este tipo de lacunas que ficaram aqui identificadas.

No que concerne aos objetivos de aprendizagem, **as prioridades são a formação do pessoal, mas também a promoção da cultura e o desenvolvimento local**, sendo de realçar a importância que é conferida à necessidade das pessoas estarem constantemente a atualizar os seus conhecimentos, não ficando no entanto esquecidas as questões locais e culturais, como meios dinamizadores do desenvolvimento de uma determinada região.

Relativamente à avaliação das aprendizagens observou-se que na maioria das que são efetuadas **os alunos são submetidos a processos de avaliação**, o que é positivo já que confere às mesmas um cariz mais formal, havendo no entanto **a salientar negativamente a ausência de certificação por parte das entidades formadoras**, o que impossibilita que os alunos fiquem com comprovativos certificadores de aprendizagens que realizaram aquando

das formações que frequentaram. Retificando esta situação, os formandos poderiam ficar com uma certificação que permitiria reconhecer formalmente as aprendizagens realizadas.

O financiamento das ações de formação que envolvem aprendizagens apresenta-se como mais uma área a melhorar, já que maioritariamente são as instituições com fundos próprios que suportam os custos destas iniciativas e poderiam eventualmente estabelecer parcerias com entidades externas, para, desta forma, reduzir despesas nesta matéria.

Quanto à relevância destas iniciativas os responsáveis indicaram o **enriquecimento pessoal e profissional como os principais benefícios que se conseguem extrair deste tipo de ações**, sendo de fundamental importância, os colaboradores das organizações sentirem que os seus diretores se preocupam com eles e querem melhorar a sua formação para poderem desempenhar melhor as suas funções, colaborando individualmente para o êxito coletivo.

Na última parte do QAI II, encontra-se, em nossa opinião, uma das questões fundamentais que constam desta investigação. **Quando se perguntou às instituições de havia disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas de Aljustrel, a resposta foi de forma evidente bastante positiva, já que 16 das 23 instituições manifestaram interesse em trabalhar em projetos educativos comuns com a escola**, indicando logo à partida, um **número elevado de sugestões para serem trabalhadas de forma articulada na construção de um projeto educativo comum**. Esta receptividade abre uma **janela de oportunidade** de dimensão tão elevada, que terá no futuro de ser aproveitada por quem detém responsabilidades nesta matéria. Não o fazer seria defraudar por completo quem ponderou caminhos conjuntos que poderiam ser estabelecidos e percorridos, mostrando disponibilidade para colaborar com a escola em iniciativas que se apresentam como diversificadas, abrangentes, mas fundamentalmente carregadas com um cunho local, que transportam em muitos casos conhecimentos locais que foram passando de geração em geração, mas que não se encontram salvaguardados e a escola poderia nesta matéria liderar este processo. **Ao fazê-lo iria enriquecer aquelas que são as suas incumbências educativas**, possibilitando inclusivamente a construção de um currículo articulado entre os conteúdos programáticos provenientes do ministério da educação, que se encontra distante e muitas vezes desconhecendo as especificidades da região, com o conhecimento local, construído no território para também aqui ser transmitido.

5.1.2. Nível Crítico da Investigação

A ideia de realizar este estudo, derivou do facto de ser nossa pretensão aprofundar conhecimentos numa área que já possuíamos bastante proximidade, pelo motivo de termos sido praticante desportivo, presidente de uma coletividade e membro de outras com cargos de menor relevo. Assim, era nosso objetivo saber se havia potencial educativo nas instituições que à partida seriam mais relevantes no território concelhio e se as mesmas estavam na disposição de estabelecer parcerias educativas com as escolas do concelho. Foi essa motivação que nos deu força para irmos para o terreno, já que enquanto professor, na maioria das escolas por onde trabalhamos, sempre sentimos as escolas, as direções e os seus professores concentrados apenas em cumprir as exigências provenientes do Ministério da Educação e a lecionação fechada dos conteúdos programáticos, sem procurar qualquer tipo de contacto com as instituições e com a história e cultura locais, trabalhando numa escola fechada em si mesma e muitas vezes de costas voltadas para a comunidade envolvente, postura que em nosso entender não é favorável aos interesses dos alunos, que antes de serem alunos são cidadãos de um determinado território, que também lhe transmite conhecimentos para além de proporcionar aprendizagens de âmbito desportivo, musical, teatral e por aí adiante. Em suma, **é nosso entender que a escola deve aproveitar o imenso potencial educativo que está em seu redor, capitalizando esses ativos que estão situados a poucos metros dos seus portões, melhorando a sua oferta educativo e conseguindo com isso motivar mais os seus alunos para as atividades letivas.**

Numa primeira fase, fizemos a inventariação de todas as instituições que existiam no concelho, ou seja, obtivemos o universo. A partir deste momento, definimos a amostra com base em informações que recolhemos sobre a atividade desenvolvida pela instituições, procurando estudar todas aquelas que poderiam ter uma preocupação mais forte com a abordagem de conteúdos, que envolvessem aprendizagens para os seus membros e assim, partimos para o território em busca dessas organizações.

As expetativas que foram criadas com a realização deste trabalho foram sendo concretizadas, à medida que o trabalho de campo ia sendo desenvolvido, visto o contacto com as instituições ir confirmando aquilo que pensávamos sobre esta matéria, ou seja, **a existência de imenso potencial educativo nas organizações e a total disponibilidade dos seus**

responsáveis para colaborarem com a escola e serem parceiros em projetos educativos comuns.

Como principais aspetos favoráveis da realização deste trabalho, podemos anunciar os seguintes:

- Confirmação do enorme **potencial educativo** que as instituições representam;
- **Disponibilidade** das instituições em participar em projetos educativos comuns;
- **Motivação** dos responsáveis das instituições para a realização de diversas iniciativas na escola;
- Boa **recetividade** manifestada pelos responsáveis das instituições aquando do preenchimento dos questionários;
- Foi muito **enriquecedor** para nós a conversa estabelecida com os responsáveis das instituições, para o preenchimento dos questionários;
- Os questionários utilizados neste estudo revelaram-se adequados aos objetivos que nos propusemos atingir;
- Sentir do dever cumprido pela realização desta tarefa que nos propusemos efetuar.

Como principais dificuldades, podemos apresentar os seguintes fatores:

- Dificuldade em dispor de tempo para realizar o trabalho de campo e articular a minha disponibilidade com aquela que foi manifestada pelos responsáveis das instituições;
- Conseguir em determinados casos, colocar as pessoas, com quem falava, à vontade, para conseguir obter da sua parte respostas totalmente verídicas, já que foi importante explicar que não estava lá para julgar ninguém, nem para pôr em causa aquilo que faziam, mas sim realizar um trabalho de investigação;

- Conseguir, na fase inicial de aplicação dos questionários, extrair dos inquiridos toda a informação que tinham para me facultar. Com a continuidade de aplicação dos questionários, vamo-nos sentindo mais seguros e confiantes para efetuar esta tarefa;

- No enquadramento teórico, queremos salientar algumas limitações e dificuldades no acesso às fontes primárias de informação, motivado por determinada bibliografia não se encontrar disponível para análise, o que originou que determinadas obras fossem consultadas em repositórios universitários.

5.1.3. Nível Crítico para o Investigador

Com este estudo, tivemos oportunidade de conseguir algumas coisas que de outra forma dificilmente conseguiríamos. A pretexto do preenchimento dos questionários **tivemos oportunidade de conversar com pessoas** que já estão em funções nas instituições há mais anos do que aqueles que temos de vida e ter a oportunidade de poder, durante um período de tempo de certa forma alargado, preencher o questionário intercalado com muitas conversas paralelas pelo meio, no entanto, muito interessantes e enriquecedoras pela experiência de instituição e de vida que estas pessoas transmitem e como em períodos de muitas dificuldades conseguiam desenvolver iniciativas, tendo que fazer muito praticamente sem quaisquer meios à sua disposição. Quando ouvimos esses relatos de outrora comparados com a realidade atual, constatamos que tudo agora é fácil em relação ao que acontecia há algumas décadas atrás e apesar disso, essas pessoas ainda mantêm uma motivação de continuar a trabalhar em prol dos outros como se tivessem começado ontem. Foram em suma, muitas **relações que ficaram mais próximas** apesar de já conhecermos muitos dos responsáveis e outras que foram criadas e que se manterão para o futuro.

Relembrando um pouco os contextos das novas oportunidades, **com a realização desta dissertação sentimo-nos mais preparados e motivados para enfrentarmos o futuro** e fica uma agradável sensação de dever cumprido, **abrindo-se simultaneamente novas janelas de oportunidade**, que talvez sem a elaboração deste estudo não fossem possíveis.

5.2. Sugestões e Recomendações

A primeira recomendação que fazemos está relacionada com a análise e interpretação dos resultados. Assim, propomos que com base nas lacunas aos mais diversos níveis que foram identificadas na análise institucional às organizações estudadas, fosse efetuado **em parceria com a Câmara Municipal de Aljustrel, um projeto de intervenção para melhorar o funcionamento das instituições**, ajudando-as a prestar um melhor serviço aos seus associados ou clientes.

Propomos **que se tire proveito desta cartografia para enriquecer a carta educativa municipal**, complementando-a para além das escolas, com instituições que são igualmente transmissoras de conhecimentos e que proporcionam aprendizagens a quem as frequenta.

Observa-se, nos órgãos sociais das instituições, essencialmente pessoas com uma idade já avançada, o que é revelador de alguma falta de motivação dos jovens para se entregarem a estas causas, preferindo ser apenas consumidores daquilo que lhes oferecem em vez de trabalharem para criar algo. **A escola pode nesta questão dar um contributo, criando no seu seio mais clubes** e chamando os jovens para participar na sua gestão, sensibilizando-os e dando-lhes suporte para na comunidade poderem fazer o mesmo e contribuir para o aumento da oferta desportiva, de lazer, cultural e recreativa do seu território.

Apesar da recente constituição da Universidade Sénior do Concelho de Aljustrel, **é importante que a oferta educativa de um território procure contemplar esta camada etária da nossa sociedade**, que cada vez é mais numerosa, englobando pessoas que em muitos casos possuem baixos índices de escolaridade porque a vida não lhes possibilitou estudar. Esta situação teve muitas vezes a sua génese, através da entrada em tenras idades no mundo do trabalho e que durante a vida ativa não tiveram a possibilidade de estudar e que agora pretendem fazê-lo, sendo a aquisição de escolaridade mais um motivo de melhoria da sua autoestima e na manutenção de um estilo de vida ativo e saudável. O processo de RVCC e os Centros de Novas Oportunidades possibilitaram a estas pessoas atingirem esses objetivos, certificando e simultaneamente trilhando novos caminhos, através da abertura de novas janelas a pessoas que durante muito tempo viveram na escuridão de uma vida sem objetivos e sem esperança de poderem obter uma vida melhor. Como tal, é importante que esta oferta se

mantenha em funcionamento com os novos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, podendo também a escola com os quadros docentes que possui, tentar arranjar forma de oferecer educação a esta faixa etária, que merece que se tenha por ela uma atenção e um carinho muito especial.

Sensibilizar os órgãos diretivos do recém-criado Agrupamento de Escolas de Aljustrel, para a necessidade de haver **maior abertura da escola ao potencial educativo que as instituições representam**, identificado como diz D'Orey (2008) "*corredores de aprendizagem*" *entre os ambientes formais, não formais e informais de aprendizagem* (p. 359), chamando-as para serem seus parceiros nesta difícil tarefa de hoje em dia, que consiste em educar convenientemente as nossas crianças e jovens e prepará-los para enfrentar os difíceis desafios que se adivinham para o futuro e que já se sentem no presente.

6 - BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. (2008). *Estudo de caso*. Mestrado em Educação, Área de Especialização em Tecnologia Educativa, Unidade Curricular: Métodos de Investigação em Educação. Braga. Universidade do Minho.

BARROSO, M. (2010). *Cartografia educacional da freguesia de Vila nova de S. Bento*, Dissertação de Mestrado, Área de Especialização em Ciências da Educação e Administração Escolar. Universidade de Évora.

BELL, J. (2004). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.

BRANCO, M. (2007). *A Escola – Comunidades Educativas e a Formação dos Novos Cidadãos*. Lisboa. Instituto Piaget.

CALHAU, C. (2006). *Parcerias entre Escolas e outras Instituições do Concelhos de Moura*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

CAVACO, C. (2002). *Aprender Fora da Escola. Percursos de Formação Experiencial*, Lisboa: Educa - Formação.

COMISSÃO EUROPEIA (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas.

COSTA, A. (2011). *Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Destinada à População Adulta do Concelho de Vendas Novas na Última Década (2000 - 2010)*, Dissertação de Mestrado, Área de Especialização em Ciências da Educação – Avaliação Educacional. Évora: Universidade de Évora.

COSTA, J.A.P.F. (2005). *Competências Adquiridas ao Longo da Vida. Processos, Trajectos e Efeitos*. Dissertação de mestrado em educação, Área de especialização em Educação de adultos, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

COUCEIRO, M. (2002) “*Um olhar...sobre o Reconhecimento de Competências*”. Educação e Formação de Adultos. Factor para o Desenvolvimento, Inovação e Competitividade, pp. 41-44.

COUTINHO, C, & CHAVES, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. Revista Portuguesa de Educação, 15 (1), pp. 221-244. CIED - Universidade do Minho.

DELORS, J. et al. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto. Edições ASA.

FAURE, E. et al. (1972). *Apprendre à être*. Relatório da Comissão Internacional sobre o Desenvolvimento da Educação. UNESCO. Paris: Fayard. In Costa, A. (2011). *Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Destinada à População Adulta do Concelho de Vendas Novas na Última Década (2000 - 2010)*, Dissertação de Mestrado, Área de Especialização em Ciências da Educação – Avaliação Educacional. Évora: Universidade de Évora. 10.

FERREIRA, F. (2003). *O Estudo do Local em Educação. Dinâmicas sócio-educativas em Paredes de Coura*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho. In D’Orey, J. (2008). *Gestão Curricular Local: Fundamento para Aquisição, Desenvolvimento e Valorização de Competências em Ciências Naturais no Ensino Básico – A Promoção da Literacia Científica no Concelho do Alandroal*. Tese de Doutoramento. Évora: Universidade de Évora. Área Departamental de Ciências Sociais e Humanas. 46.

FORMOSINHO, J. et. al. (1999). *Comunidades Educativas. Novos Desafios à Educação Básica*. Braga. Livraria Minho.

GALHARDAS, E. (2012). *Arqueologia das Aprendizagens na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição –Alandroal (1997 – 2007)*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Educação Comunitária. Évora: Universidade de Évora.

KALLEN, D. (1996). Aprendizagem ao longo da vida em retrospectiva. In *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8/9, pp. 16-22. Consultado em 2010, 22 de Novembro, a partir de www.cedefop.europa.eu/etv/upload/information.../8-9_pt_kallen.pdf. In Costa, A. (2011).

Cartografia da Oferta Educativa e Formativa Destinada à População Adulta do Concelho de Vendas Novas na Última Década (2000 - 2010), Dissertação de Mestrado, Área de Especialização em Ciências da Educação – Avaliação Educacional. Évora: Universidade de Évora. 12.

LAGARTO, M., LONGLE, N. & DIAS, S. (2005). *Amostragem*. Faculdade de Ciências Universidade da Lisboa- Metodologia da Investigação.

LIBÂNEO, J. (ORG. (1998). *Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?* In Romão, J. (2008). *A cartografia educacional de um território como factor enriquecedor da oferta educativa: o caso do agrupamento de escola nº4 de Évora*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre. Évora: Universidade de Évora. 30.

MONTEIRO, A. (2011). “Formação e Educação Não Formal no Desporto: O Caso da Secção de Basquetebol do Atlético Sport Clube/Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz”. In Nico, B. (Coord.) “Escolas do Alentejo: um mapa do que se aprende no Sul de Portugal. Mangualde: Pedagogo. 184-195.

NICO, B. (2004). *Cartografia das aprendizagens na freguesia da Torre de Coelheiros – a dimensão institucional*. In Actas do III Simpósio sobre Organização e Gestão Escolar – Políticas e Gestão Local da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro.

NICO, B. (2006). *A avaliação de competências: da arqueologia do bom à edificação do impossível*. in Gérard Figari et al (Orgs.). Actas do XVII Colóquio da ADMEE-Europa. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

NICO, B. (2008). *Práticas educativas e aprendizagens formais e informais: encontros entre cidade, escola e formação de professores*. In Inês Bragança et al (Orgs.). *Vozes da Educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii.

NICO, B. et al (2008). *Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no Alentejo: uma visão da realidade*. in José Nico et al (Orgs). Aprender no Alentejo " IV Encontro Regional de Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. pp. 211-218.

NICO, B. (2011). *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. (1ª ed). Mangualde: Pedagogo.

NICO, B., NICO, L. (2011). *Educação e território: O (Des)Encontro geracional das aprendizagens e a fractura cultural..* DP et Alii Editora Ltda. Rio de Janeiro.

NICO, B. et al (2011). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no sul de Portugal*. Mangualde: Pedagogo.

NICO, L. (2009). *Avaliação do(s) Impacto(s) do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), no Alentejo (período 2001-2005)* (tese apresentada à Universidade de Évora tendo em vista a obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação). Évora: Universidade de Évora (policopiada).

NICO, L. (2011). *A Escola da Vida - Reconhecimento e Validação dos Adquiridos Experienciais em Portugal. Fragmentos de uma década (2000-2010)*. Mangualde: Pedagogo.

NÓVOA, A. (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PIRES, P. (2007). *Avaliar o Impacto das Novas Medidas de Política Educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na Oferta local dos Ambientes de Aprendizagem: o caso do Concelho de Gavião*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

QUIVY, R., CAMPENHOUDT, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva.

ROMÃO, J. (2008). *A cartografia educacional de um território como factor enriquecedor da oferta educativa: o caso do agrupamento de escola nº4 de Évora*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre. Évora: Universidade de Évora.

ROUSSEFF, D. et al, (2011). *Gestão de Políticas Públicas em Género e Raça | GPP – GeR – Metodologia de Projetos de Pesquisa e de Intervenção* Rio de Janeiro: CEPESC.

SAVATER, F. (2006). *O Valor de Educar*. Lisboa. Dom Quixote.

VERRÍSIMO, R. (2011). “Esdime: 20 anos a promover a mudança na vida das pessoas”. In Bravo Nico e Lurdes Pratas Nico (Orgs). *Qualificação de Adultos: realidades e desafios no Sul de Portugal*. Mangualde: Pedago. 99-114.

7- **WEBLIOGRAFIA**

<http://www.candidaturadocante.com/> (acedido a 12/06/2012)

<http://www.cm-castroverde.pt> (acedido a 12/06/2012)

www.inalentejo.qren.pt/ (acedido a 12/06/2012)

<http://www.viamichelin.pt/>(acedido a 05/04/2012)

<http://censos.ine.pt/>(acedido a 04/04/2012)

<http://www.mun-aljustrel.pt/> (acedido a 05/04/2012)

<http://www.oi.acidi.gov.pt/> (acedido a 09/04/2012)

8 - LEGISLAÇÃO

DECRETO-LEI N.º7/2003, DE 15 DE JANEIRO (Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa).

DECRETO-LEI N.º 36/2012, DE 15 DE FEVEREIRO (aprova a orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, ANQEP).

ANEXOS

Anexo I

Questionário das Aprendizagens

Institucionais – Q.A I. (I)

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

Questionário das Aprendizagens Institucionais

Q.A.I. (I)

Freguesia		Instituição			Local / Sítio de Freguesia		Endereço		

1. Freguesia

Aljustrel

Ervidel

Messejana

São João de Negrilhos

Rio de Moinhos

2. Caracterização da Instituição:

2.1 Designação:

2.2 Número de Associados / Sócios (proprietários):

2.3 Data de Fundação: _____

2.3.1.Ocorreu Interrupção de Atividade:

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

2.3.1.1.Data de Reinício de Atividade:

2.4 Natureza Estatutária:

<input type="checkbox"/>	Público
<input type="checkbox"/>	Privado
<input type="checkbox"/>	<u>Outra</u>
	<u>Qual?</u>

2.4.2. Natureza jurídica e funcional

<input type="checkbox"/>	Autarquia
<input type="checkbox"/>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<input type="checkbox"/>	Associação de Desenvolvimento Local
<input type="checkbox"/>	Associação Juvenil
<input type="checkbox"/>	Empresa
<input type="checkbox"/>	Cooperativa
<input type="checkbox"/>	Estabelecimento de Ensino
<input type="checkbox"/>	<u>Outra</u>
	<u>Qual?</u>

2.4.3.Área de Actividade

<input type="checkbox"/>	Cultural
<input type="checkbox"/>	Educacional
<input type="checkbox"/>	Social
<input type="checkbox"/>	Religiosa
<input type="checkbox"/>	Comercial / Restauração
<input type="checkbox"/>	Industrial
<input type="checkbox"/>	Desportiva
<input type="checkbox"/>	Recreativa / Lazer
<input type="checkbox"/>	Agrícola
<input type="checkbox"/>	<u>Outra</u>
	Qual?: _____

3. Actividades Desenvolvidas entre 2008 e 2010

3.1. A Instituição possui Plano Anual de Actividades:

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

3.2.Quotidiano

3.2.1. Funcionamento

<input type="checkbox"/>	Contínuo (ao longo de todo o ano)
<input type="checkbox"/>	Em determinadas alturas do ano
	Quais ? _____
<input type="checkbox"/>	Pontualmente

Quando?

Outro
Qual?

3.2.2. Horário de Funcionamento

Geral (Laboral)
 Reduzido (Um período / pós laboral)
 Pontual
 Outro horário
Qual?

3.2.3. Acesso do Público

Geral (sem restrições)
 Condicionado (com restrições)
Quais? _____
 Outro
Qual? _____

3.1.4. Pessoal

Remunerado
 Voluntário
 Outro vínculo
Qual?

3.1. Organização e Administração

3.2.1. Contabilidade

<input type="checkbox"/>	Organizada
<input type="checkbox"/>	Pela Própria Instituição
	Quem
	Organiza: _____
<input type="checkbox"/>	Por uma entidade Exterior
	Qual?

<input type="checkbox"/>	Não Organizada

3.2.2. Trabalho Administrativo

<input type="checkbox"/>	Reuniões de Direcção
<input type="checkbox"/>	Periódicas
<input type="checkbox"/>	Pontuais
<input type="checkbox"/>	Com Actas
<input type="checkbox"/>	Sem Actas
<input type="checkbox"/>	Reuniões de Assembleia
<input type="checkbox"/>	Periódicas
<input type="checkbox"/>	Pontuais
<input type="checkbox"/>	Com Actas
<input type="checkbox"/>	Sem Actas

Outro tipo de Reuniões

Qual?

3.2.3. Relacionamento Interinstitucional

Parcerias

Quais?

Com Protocolo

Sem Protocolo

Outro

Qual?

Anexo II

Questionário das Aprendizagens

Institucionais – Q.A I. (II)

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

Questionário das Aprendizagens Institucionais

Q.A.I. (II)

Freguesia		Instituição			Local/Sítio de Freguesia		Endereço			Aprendizagem			Ano de Realização	

4. Caracterização da Actividade que envolve Aprendizagem:

4.1. Designação: _____

4.2.1. Responsabilidade da Concepção da Actividade

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Própria Instituição

Outra Instituição

Uma parceria envolvendo a Instituição

Outra responsabilidade

Qual? / Quem? _____

4.2.2. Responsabilidade pela Concretização da Actividade

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Instituição

Da própria Instituição

Outra Instituição

Uma parceria envolvendo a Instituição

Outra responsabilidade

Qual? _____

Formadores

Da Instituição

De outra Instituição da Freguesia

De outra Instituição de outra Freguesia do concelho

Exterior ao Concelho

De onde? _____

4.2.3. Objectivos da Actividade

Desenvolvimento Local

Promoção da Cultura

Promoção da Informação

Promoção do Apoio Social

Carácter Lúdico / Recreativo

Modernização da própria Instituição

Formação do Pessoal da Instituição

Formação Profissional

Formação Escolar

Formação Profissional e Escolar

Outro(s) Objetivo(s)

Quais: _____

4.2.4. Público – Alvo

4.2.4.1. Grupo – Alvo

Toda a Comunidade Local

Grupo Específico

Jovens

Adultos em Idade Ativa

Empresários

Famílias

Destinado a um sector de profissional em particular

Qual? _____

4.2.4.2. Faixa Etária

Todas as Faixas Etárias

Faixa Etária Específica

Jovens

Adultos em Idade Activa

Idosos

Qual? _____

4.2.4.3. Género

Masculino

Feminino

Ambos

4.2.3. Número de Participantes

Até 10

11 – 20

21 – 30

Mais de 30

4.2.4. Local de Realização

Na Freguesia

Na própria instituição

Noutro local

Onde? _____

Noutra Freguesia

Qual? _____

Em que instituição?

4.2.5. Duração da Atividade

<input type="checkbox"/>	1 Dia
<input type="checkbox"/>	2 – 7 Dias (1 semana)
<input type="checkbox"/>	8 – 14 Dias (2 semanas)
<input type="checkbox"/>	Mais de 14 Dias
<input type="checkbox"/>	Permanente
<input type="checkbox"/>	Pontual

4.2.6. Horário

<input type="checkbox"/>	Geral (Laboral)
<input type="checkbox"/>	Reduzido (Extra Laboral)
<input type="checkbox"/>	Pontual
<input type="checkbox"/>	<u>Outro horário</u>

Qual? _____

4.2.9. Avaliação

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Ao Longo da Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	No Final da Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	Não

4.2.10. Certificação

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Equivalência Acadêmica
<input type="checkbox"/>	Equivalência Profissional
<input type="checkbox"/>	Equivalência Acadêmica e Profissional
<input type="checkbox"/>	Social (da responsabilidade da Própria Instituição)
<input type="checkbox"/>	Certificado de Participação no evento
<input type="checkbox"/>	Não

4.2.11. Financiamento da Atividade

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Própria Instituição
<input type="checkbox"/>	Com recurso ao Exterior
<input type="checkbox"/>	Institucional
<input type="checkbox"/>	Particular
<input type="checkbox"/>	Contrato resultante de candidatura
<input type="checkbox"/>	Subsídio
<input type="checkbox"/>	Não

4.2.12. Parcerias

	Sim
	Não

4.2.12.1. Em caso afirmativo

Sim									
Natureza Estatutária das Instituições Parceiras			Localização das Instituições Parceiras			Grau de Formalidade da Parceria			
Pública	Privada	<u>Outro</u> <u>Qual</u>	Freguesia <u>Qual</u>	Outra Freguesia <u>Qual</u>	Exterior Ao Concelho <u>Qual</u>	Informal	Formal Sem Protocolo	Formal Com Protocolo	<u>Outro</u> <u>Qual</u>

4.2.13. Recursos Utilizados

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Tecnológicos

Materiais

Humanos

Outros recursos

Quais? _____

4.2.14. Natureza da Participação

<input type="checkbox"/>

Obrigatoriedade da Participação

Condição de obrigatoriedade?

<input type="checkbox"/>

Não Obrigatoriedade da Participação

4.2.15. Relevâncias das Aprendizagens

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Escolares / Académicas

Profissionais

Sociais

Familiares

Pessoais

Outra relevância

Quais: _____

4.2.16 Outros aspectos relevantes

1) Disponibilidade para realizar parcerias educativas com a Escola Secundária de Aljustrel.

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Sim

Não

2) Se respondeu sim, indique caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projeto de parcerias educativas

Fonte: Universidade de Évora - Centro de Investigação em Educação e Psicologia (adaptado)

Anexo III

Universo das Associações Culturais, Desportivas, Musicais, Recreativas e de Solidariedade Social do Concelho de Aljustrel

N.º	Nome	Freguesia
1	Associação de Caçadores Livres do Concelho de Aljustrel	Aljustrel
2	Associação Equestre Aljustrelense	Aljustrel
3	Associação Ornitológica de Aljustrel	Aljustrel
4	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aljustrel	Aljustrel
5	Banda Karisma (música de baile)	Aljustrel
6	Casa do Benfica de Aljustrel	Aljustrel
7	Casa do Professor do Concelho de Aljustrel	Aljustrel
8	Centro de Ciclismo de Aljustrel	Aljustrel
9	Centro de Convívio de Val D'Oca	Aljustrel
10	Centro Republicano de Instrução e Recreio Aljustrelense	Aljustrel
11	Clube Aljustrelense	Aljustrel
12	Clube de Caçadores do Vale Fanado	Aljustrel
13	Clube de Karaté-Do Shito-Ryu Aljustrel	Aljustrel
14	Clube de Ténis de Aljustrel	Aljustrel
15	Comissão de Reformados do Concelho de Aljustrel	Aljustrel
16	Clube Motard " Os Cortenhos"	Aljustrel
17	CrazyMission Sports	Aljustrel
18	GAITA – Grupo Amador de Iniciação Teatral de Aljustrel	Aljustrel
19	Grémio Recreativo Carregueirense	Aljustrel
20	Grupo Coral "Os Cigarras"	Aljustrel
21	Grupo Coral do Sindicato Mineiro	Aljustrel
22	Grupo Contador de Histórias da Biblioteca "PIM PAM PUM"	Aljustrel
23	Grupo Kádaterra (música tradicional)	Aljustrel
24	Grupo de música popular "Nova Aurora"	Aljustrel
25	Grupo Musical "Ar de Rock"	Aljustrel
26	Grupo Musical "d' novo"	Aljustrel
27	Grupo Musical "Fora da Lei"	Aljustrel
28	Grupo Musical "4L" (Banda de Covers)	Aljustrel
29	Moto Clube de Aljustrel	Aljustrel
30	Movimento Democrático de Mulheres	Aljustrel
31	N.A.V.A. – Núcleo de Artes Visuais de Aljustrel	Aljustrel
32	Núcleo de Árbitros do Concelho de Aljustrel	Aljustrel
33	Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel	Aljustrel
34	Sociedade Columbófila Aljustrelense	Aljustrel
35	Sociedade Musical de Instrução e Recreio Aljustrelense	Aljustrel
36	Sociedade Recreativa da Corte Vicente Anes	Aljustrel
37	Sport Clube Mineiro Aljustrelense	Aljustrel
38	Telefonia Local de Aljustrel	Aljustrel
39	Alvorada Futebol Clube	Ervidel
40	Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Ervidel	Ervidel
41	Associação Juvenil "Amigos do Roxo"	Ervidel
42	Centro Paroquial de Bem-estar Social de Ervidel	Ervidel
43	Clube TT de Ervidel " Trilhos do Roxo"	Ervidel
44	Grupo Coral " Margens do Roxo"	Ervidel
45	Grupo Coral Feminino "Flores de Primavera"	Ervidel

46	Grupo Musical "4ª Série"	Ervidel
47	Grupo Musical "Sound Makers"	Ervidel
48	Grupo Musical "The 70's Volts"	Ervidel
49	Sociedade Columbófila Estrela Alentejana	Ervidel
50	Engenho e Arte – Assoc. Defesa e Valorização de Messejana	Messejana
51	ESDIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste	Messejana
52	Grupo Coral "Cantes da Planície"	Messejana
53	Grupo Desportivo Messejanense	Messejana
54	Grupo de Teatro "A Moagem"	Messejana
55	Misericórdia Nossa Senhora da Assunção de Messejana	Messejana
56	N.A.R.M. – Núcleo de Atletismo e Recreio de Messejana	Messejana
57	Associação de Beneficiários do Roxo	São João de Negrilhos
58	Associação de Solidariedade Social de S. João de Negrilhos	São João de Negrilhos
59	Grupo Coral da Junta de Freguesia de S. João de Negrilhos	São João de Negrilhos
60	Grupo Desportivo de Jungeiros	São João de Negrilhos
61	Grupo Etnográfico de Danças e Cantares "Planície Alentejana"	São João de Negrilhos
62	Negrilhos Futebol Clube	São João de Negrilhos
63	Rancho Folclórico "Verdes Campos"	São João de Negrilhos
64	Sociedade Recreativa de S. João de Negrilhos	São João de Negrilhos
65	Associação de Caçadores de Rio de Moinhos do Sado	Rio de Moinhos
66	Centro de Convívio de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
67	C.O.C.A.R.I.A. – Associação de Solidariedade Social de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
68	Grupo Coral da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos
69	Grupo Coral "Rosas de Abril"	Rio de Moinhos
70	Grupo Musical e Instrumental "Os Maravilhas do Alentejo"	Rio de Moinhos
71	Grupo "Os Donos do Volante" (rally)	Rio de Moinhos
72	Operário Futebol Clube	Rio de Moinhos
73	Sociedade Recreativa de Rio de Moinhos	Rio de Moinhos